

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**  
**AMPLA PARTICIPAÇÃO**  
**REALIZAÇÃO DO “3º CIRCUITO DA TRANSPARÊNCIA”**

**PROCESSO ELETRÔNICO nº: 202600047001751**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**OBJETO:** Prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” deste Tribunal.

**DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO:** 07/07/2026 às 09:00 h - Horário de Brasília

**LOCAL:** Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG: 925400

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP – 74.674-015, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, instituídos pela **Portaria nº 729/2025**, tornam público o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**, processo eletrônico nº **202600047001751** sob critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, licitação que será regida pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas e a IN 73/2022, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio de Sistema Eletrônico, acessado por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**I - Início de acolhimento de propostas:**  
**22/06/2026 às 08h00min – Horário de Brasília;**

**II – Limite de acolhimento de propostas:**  
**07/07/2026 às 08h59min – Horário de Brasília;**

**III – Data e hora do Pregão:**  
**07/07/2026 às 09h00min – Horário de Brasília.**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação em contrário.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente edital a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” deste Tribunal, compreendendo corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, destinada ao público interno e externo, com estimativa de participação de até 800 (oitocentos) atletas, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações e quantidades deste objeto descritas no Edital e as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Estudo Técnico Preliminar.

**Anexo II:** Mapa de Riscos.

**Anexo III:** Termo de Referência.

**Anexo IV:** Orçamento Estimativo.

**Anexo V:** Minuta de Contrato.

**Anexo VI:** Modelo de Proposta de Preços.

**Anexo VII:** Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação.

**Anexo VIII:** Modelo de Declaração de não empregar menor.

**Anexo IX:** Modelo de Declaração de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno porte-EPP e de não celebração de contratos com a administração que extrapolem o limite de enquadramento.

**Anexo X:** Modelo de Declaração que não possui parentesco.

**Anexo XI:** Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

**Anexo XII:** Declaração de Proposta Integral, englobados os direitos trabalhistas.

**Anexo XIII:** Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e aprendiz.

**Anexo XIV:** Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

**Anexo XV:** Declaração de Conhecimento das Condições das Instalações.

## 2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e divulgará as respostas, que vincularão os participantes e a Administração, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e na plataforma em que será realizada a licitação.

2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: [licitacoes@tce.go.gov.br](mailto:licitacoes@tce.go.gov.br).

2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação, será oportunamente definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Não poderão participar deste pregão:

3.2.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.2.4. Entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo do Anexo X deste Edital.



3.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.7. Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação.

3.2.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.9. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.10. O impedimento de que trata o item 3.2.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta de preços.

3.3.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

3.4. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas por este Tribunal, sujeitando o licitante às penalidades da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao TCE-GO poderá ser elegível para participar deste processo licitatório.

3.6. A aplicação do governo federal, denominada “Compras.gov” (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), será a provedora do Sistema Eletrônico em que será processado este Pregão.

3.7. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.9. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

4.1. A disputa deste certame é aberta a quaisquer empresas que preencham as condições previstas no presente edital e termo de referência anexo.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.3. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela Lei Estadual nº 17.928/2012 deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de ME ou EPP. Essa declaração é necessária para o processamento do tratamento diferenciado no procedimento licitatório.

4.3.1. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

4.3.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

4.3.4. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.3.4.2. O intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

4.3.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.3.5.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.3.5.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se



enquadrem na mesma hipótese e em ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.3.5.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos será realizado entre elas sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.3.5.3.1. Na hipótese da não-contratação o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame e somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.6. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances ou a contar da convocação do agente de contratação, sob pena de preclusão.

4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.5. cujo sócio ou titular de fato ou de direito seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 3º da referida lei;

4.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;





4.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do objeto deste certame, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.4.12. que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior.

4.5. O licitante que prestar declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ficará sujeito às sanções previstas neste edital.

4.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos dos participantes.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública;

5.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.2.6. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas pelo licitante, no sistema, assumidos como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, em licitações, ainda que seja por terceiros.

5.3. A falsidade da declaração de que trata este artigo sujeitará o licitante às sanções mencionadas neste edital.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.8. O licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

5.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

5.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos de valor unitário e total da soma dos itens e o total do lote/grupo.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



6.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de prestar os serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.3.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor total GLOBAL.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 10,00 (dez) reais**.

7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.11.1. Caso ainda assim ocorra um empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



7.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.17.1.1. Na inviabilidade da realização do procedimento indicado no item anterior, o pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

7.18. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de prestação ou de acondicionamento de bens, ou qualquer outro motivo.

7.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.22.1. As propostas deverão observar o item 5 do Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e condições de participação previstas neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.4. O CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais <https://www.go.gov.br/spr/economia/emitir-declaracao-do-cadin-estadual>.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade previsto neste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexecutabilidade, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9.1. Também poderão ser efetuadas diligências ou solicitados documentos complementares, a exemplo de fotos, manuais, catálogos e testes, caso haja dúvidas sobre a conformidade da proposta com as especificações técnicas pormenorizadas ou com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos (art. 59, incisos II e V da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Por ocasião da análise da proposta apresentada pelo licitante, ainda que o julgamento seja pelo menor preço global, os preços unitários também serão submetidos à apreciação, podendo ser determinada diligência caso haja distorções significativas de proporcionalidade em relação aos preços constantes da planilha de custos da licitação.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Eventuais documentos exigidos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O licitante vencedor convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação dos anexos pelo agente de contratações no sistema, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados exclusivamente pelo próprio sistema eletrônico compras.gov, sendo:

9.2.1. Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR).

9.2.2. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do





Estado de Goiás (CADFOR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

**9.2.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física e do representante com poder de administração da pessoa jurídica. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**9.2.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

9.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.2.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.4.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

9.2.4.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

9.2.4.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Goiás para licitantes sediados em outro Estado da Federação);

9.2.4.6. Fazenda Municipal;

9.2.4.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

9.2.4.8. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**9.2.5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.2.5.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

9.2.5.2. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.2.5.3. os documentos exigidos no item 9.2.5.1. serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



9.2.5.3.1. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.2.5.4. os documentos mencionados no item 9.2.5.1. deverão estar na forma da lei.

9.2.5.5. Para fins de apresentação dos documentos mencionados no item 9.2.5.1. deverá ser considerado a data da sessão pública.

9.2.5.6. Para fins de exercício social, serão consideradas as datas de entrega desses documentos determinado pela Receita Federal para as empresas que utilizam Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as que realizam o registro na Junta Comercial, o prazo definido pelo art. 1078, inc. I da Lei 10.406/2002 e demais casos, conforme a legislação pertinente.

9.2.5.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} &\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = &\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}; \\ \text{SG} = &\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}}; \\ \text{LC} = &\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e} \end{aligned}$$

9.2.5.8. As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

9.2.5.9. Para fins de aferição dos índices mencionados no item anterior será considerado o resultado do último exercício social apresentado, considerando ser o saldo dos dois últimos exercícios.

9.2.5.10. Verificado erro de cálculo dos índices financeiros caberá ao Agente de Contratação promover diligência para correção.

9.2.5.11. Deverá ser apresentado balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos exercícios sociais para fins de comprovação de boa situação financeira da empresa.

## 9.2.6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.2.6.1. Para a documentação de qualificação técnica deverá ser observado o item 8.3 do Termo de Referência – Anexo do Edital.



9.2.7. Os licitantes deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a seguinte documentação complementar:

9.2.7.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo VII** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

9.2.7.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor (es) de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VIII** deste edital;

9.2.7.3. Declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme modelo constante do **Anexo IX** deste edital.

9.2.7.4. Declaração, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo constante do **Anexo X** deste Edital;

9.2.7.5. Declaração, sob as penas da lei, de sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do **Anexo XI** deste Edital, que poderá ser apresentada e assinada na etapa contratual pelo adjudicatário;

9.2.7.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante do **Anexo XII** deste Edital;

9.2.7.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, conforme modelo constante do **Anexo XIII** deste Edital;

9.2.7.8. Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, devendo utilizar o modelo do **Anexo XIV** deste Edital;

9.2.8. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das



microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.9. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

9.2.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.2.11. Na hipótese do item 9.2.8. as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2.12. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

9.2.13. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

9.2.14. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2.14.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.15. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.16. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.2.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



9.2.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.2.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.2.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.2.21. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.2.21.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.2.22. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.2.22.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.2.23. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.2.24. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.2.25. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.2.26. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.2.26.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.2.26.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.2.27. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,



mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.2.28. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.2.29. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.2.30. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

### 9.3. Da Visita Técnica

9.3.1. A vistoria é facultada aos licitantes, sendo de responsabilidade da empresa contratada eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do local de implementação da solução contratada.

9.3.2. O critérios, agendamentos e procedimentos para a visita técnica encontram-se no item 8.3.1.3 do termo de referência.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.3.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.





10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, com as motivações, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: [portal.tce.go.gov.br](http://portal.tce.go.gov.br).

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1 Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursal, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Conselheiro Presidente do TCE-GO e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora.

11.3. Quando houver recurso e o(a) Agente de Contratação mantiver sua decisão, deverá esta ser submetida à autoridade competente para decidir acerca dos atos do(a) Agente de Contratação.

11.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.

## **12. DA FISCALIZAÇÃO, DO PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

12.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão, respectivamente, às servidoras Suellen Carina Lopes de Queiroz, na qualidade de Gestora do Contrato, e Alessandra Siqueira Lessa, na qualidade de Fiscal do Contrato, designadas nos termos do art. 13, inciso VII, da Portaria nº 729/2025-GPRES do TCE-GO.

12.2. À fiscalização caberá ainda:

12.2.1. Assegurar-se da boa qualidade da prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, verificando sempre a conformidade dos mesmos com as especificações das marcas e modelos de referência;

12.2.2. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da necessidade de aplicação de sanções, alterações e reajuste do Contrato.

12.3. A fiscalização nos moldes do Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos ocultos de produtos que os desqualificam para o uso normal e rotineiro e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do TCE-GO ou de seus agentes e prepostos.

12.4. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás caberá:

12.4.1. Apresentar à CONTRATADA as observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da Fiscalização;

12.4.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos materiais, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

12.5. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos materiais considerados inadequados pelo Fiscal.

12.6. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento dos serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização contratual, no que diz respeito ao planejamento, a organização, a coordenação, a execução operacional, o apoio logístico e o fornecimento de infraestrutura necessária à realização do evento esportivo, objeto da contratação, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente liquidada e atestada pela Gerência de Administração.

12.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

12.7.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

12.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na nota fiscal.

12.9. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa será devolvida à CONTRATADA pelo Gestor do contrato e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o CONTRATANTE.

12.10. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE".

12.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

### 13. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 120.600,00 (cento e vinte mil e seiscentos reais)**, conforme orçamento estimado constante do Anexo IV deste edital.

13.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026.0201.01.032.4200.4215.03.25000100.90.0000 e serão enquadradas na Natureza de Despesa 3.3.90.39.06 – Festividades e Homenagens.

13.3. Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

13.3.1. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.3.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.4. O TCE-GO realizará diligências para aferir a exequibilidade das propostas e exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (§ 2º, art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021) caso as mesmas apresentem deságio excessivo.

13.5. Serão aceitas como válidas as comprovações por meio de notas fiscais de itens similares provenientes de distribuidoras e/ou fabricantes, cotações, pesquisa de preços decorrentes de sites eletrônicos, entre outros instrumentos efetivos. Todavia, informamos que cotações de empresas terceiras serão objeto de investigação visando a prevenção de fraudes e concorrência desleal, sujeitando-se à aplicação das sanções legais cabíveis por esta Corte de Contas em caso de falsificação ou manipulação de propostas comerciais apresentadas por outras empresas.

13.6. Portanto, as licitantes serão responsabilizadas pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação a execução do contrato, assim como comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, nos termos deste instrumento convocatório, podendo este Tribunal de Contas aplicar às licitantes as sanções previstas neste instrumento convocatório nos termos da Lei Federal nº 14.133.

### 14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.

14.2. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do(a) contrato, por meio do SINI, no sítio do Tribunal de Contas do Estado (<https://portal.tce.go.gov.br>).

14.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

14.4. Por ocasião da assinatura do **instrumento contratual**, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

14.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pelo TCE-GO.

14.6. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

14.7. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

14.8. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo contratual ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas pelo art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

14.11. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital de licitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

14.12. Na hipótese de o adjudicatário da licitação não comprovar as condições de assinatura do contrato consignadas no edital de licitação, recusar-se a assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação.

14.13. Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ocasião em que será verificada a conformidade da proposta, o atendimento dos requisitos de habilitação e os eventuais documentos complementares.

14.13.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.13.2. Em caso de rescisão contratual ou de anulação da nota de empenho, ocorrida(s) em virtude de inexecução parcial ou total, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 14.13 e 14.13.1 deste instrumento.

## **15. DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E GARANTIA**

15.1 A contratação será executada sob o regime de empreitada por preço global, considerando a natureza integrada da solução e a elevada interdependência operacional entre os serviços necessários à realização do evento.

15.1.1. A contratada será responsável pela execução integral da corrida que será realizada no dia 27 de setembro de 2026 (domingo), no Setor Jaó, em Goiânia-GO, nas imediações da sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com previsão de largada às 6h30, contemplando percursos de 5 km e 10 km, conforme detalhado no item 5 do Termo de Referência.

15.2 Após o recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar imediatamente as atividades de planejamento operacional e organização do evento.

15.3. A entrega dos kits atletas deverá ocorrer preferencialmente nos dias 25 e 26 de setembro de 2026, em local e horários previamente aprovados pela Administração.

15.4. A montagem das estruturas necessárias à realização da prova deverá estar integralmente concluída até as 22h do dia anterior ao evento, salvo cronograma diverso aprovado pela Administração.

15.5. A contratada deverá garantir pleno funcionamento das estruturas, equipamentos, sistemas de sonorização, cronometragem, hidratação e atendimento operacional antes do início da corrida.

15.6. A desmontagem das estruturas deverá ocorrer imediatamente após o encerramento do evento, devendo ser concluída em prazo compatível com a liberação integral das áreas utilizadas.

15.7. Os resultados oficiais da corrida deverão ser disponibilizados em meio eletrônico em até 24 (vinte e quatro) horas após o término da prova.

15.8. O relatório final do evento deverá ser entregue à Administração em até 15 (quinze) dias corridos após a realização da corrida, contendo, no mínimo:

- quantitativo de participantes;
- resultados oficiais;



- relatório operacional da execução;
- ocorrências registradas durante o evento;
- avaliação geral da execução contratual.

15.9. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, observando padrões adequados de qualidade, segurança, desempenho operacional e compatibilidade com eventos esportivos de médio porte.

15.10 A contratada ficará obrigada a corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, quaisquer serviços, materiais, equipamentos ou estruturas que apresentem falhas, defeitos, inadequações ou desconformidades identificadas pela Administração durante a execução contratual.

15.11 A contratada responderá integralmente pela qualidade dos serviços executados, bem como pela segurança, estabilidade e adequação técnica das estruturas, equipamentos e materiais fornecidos durante toda a execução contratual.

## **16. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

16.1. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir data da elaboração do orçamento estimativo, no dia 12/05/2026, adotando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. Poderá ser admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias, instrumentais ou complementares à execução do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual.

17.2. Poderão ser objeto de subcontratação parcial, quando tecnicamente necessário e mediante autorização da Administração, serviços acessórios ou especializados como atendimento médico e ambulância, sonorização, locução, locação de estruturas, cronometragem eletrônica, apoio operacional, fornecimento de materiais gráficos, montagem e desmontagem de estruturas, limpeza, segurança, fornecimento de equipamentos, materiais de apoio e outras atividades complementares indispensáveis à execução do evento.

17.3. A subcontratação de qualquer parcela do objeto não afastará a responsabilidade técnica, operacional, administrativa, trabalhista, fiscal, previdenciária, civil e contratual da contratada principal, que permanecerá integralmente responsável perante o TCE-GO por todos os atos praticados por seus subcontratados.

17.4. A contratada deverá apresentar, quando solicitada pela Administração, informações e documentos relativos às empresas ou profissionais subcontratados, inclusive comprovação de regularidade e qualificação compatíveis com a parcela subcontratada, sem prejuízo das demais exigências previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável.

## **18. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

18.1. A forma de medição dos serviços prestados e o critério de pagamento estão elencados nos itens 7, em seu inteiro teor do Termo de referência – Anexo III.



## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Os licitantes e contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) o caráter educativo da pena;
- f) o princípio da proporcionalidade;
- g) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital.

19.5.1. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.2. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “b”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.3. Além das multas previstas nos subitens anteriores, será aplicada também multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação (Item 19.1, alínea “c”), inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

19.5.4. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

19.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de máximo 3 (três) anos.

19.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos ao contratado ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

19.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

19.14. As sanções previstas deste tópico são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001, e na Resolução Administrativa nº 12/2025 desta Corte de Contas, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

19.16. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

## **20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

20.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e obrigando-se ao integral cumprimento das disposições do Código de Ética e da Política de Integridade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no que lhe for aplicável.

## 21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão cumprir integralmente as obrigações estabelecidas nos itens 5.5 e 5.6 do Termo de Referência e nas Cláusulas Terceira e Quarta da Minuta Contratual, que fazem parte integrante do presente Edital.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o licitante tenha direito a qualquer indenização.

22.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

22.3. É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade Competente, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

22.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

22.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de Contratação.

22.6. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo TCE-GO.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expedientes normais.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

22.9. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

22.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do comprador, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. O objeto da presente Licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme previsto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.11.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial



atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

22.12. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

22.13. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

22.14. O Edital e seus Anexos, além de poderem ser visualizados nos sites [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br) e [www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br), poderão ser obtidos na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (com prévio recolhimento de taxas limitado ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida, localizado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP 74.674-015).

22.15. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Lei Complementar nº 131 – Lei da Transparência, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados no Portal do TCE-GO.

22.16. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3228-2696 (Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Serviço de Licitações) ou pelo e-mail: [licitacoes@tce.go.gov.br](mailto:licitacoes@tce.go.gov.br).

22.17. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 18 de junho de 2026.

**POLYANE VIEIRA MEIRELES**  
**ELABORAÇÃO DO EDITAL**

**NILSON ELIAS DE CARVALHO JUNIOR**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**LUIS CARLOS DE GOUVEIA COELHO**  
**EQUIPE DE APOIO**

**LIDIA LABORÃO MEIRELLES**  
**EQUIPE DE APOIO**



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

---

**PAULO HENRIQUE BORGES DA SILVA**  
**EQUIPE DE APOIO**

**MILENA GEBRIM BRAGA NUNES**  
**EQUIPE DE APOIO**

**FERNANDO NAVES DO CARMO MARINHO**  
**EQUIPE DE APOIO**



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, da Lei n. 14.133/2021):**

1.1. A Diretoria de Relações Institucionais e Cerimonial – DI-RIC, no exercício de suas competências institucionais relacionadas à organização, coordenação e execução de eventos institucionais, culturais, esportivos e de integração social, identificou a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, logística, apoio técnico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência”, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

1.2. O evento integra as comemorações alusivas ao aniversário de 74 anos desta Corte de Contas e constitui ação institucional voltada à promoção da transparência pública, fortalecimento da imagem institucional, incentivo à prática esportiva, promoção da saúde, integração social e aproximação entre o Tribunal e a sociedade goiana.

1.3. O “3º Circuito da Transparência” consiste na realização de corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, prevista para ocorrer no dia 27 de setembro de 2026, no Setor Jaó, em Goiânia-GO, com largada nas proximidades da sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, contemplando estimativa de participação de aproximadamente 800 (oitocentos) atletas, abrangendo servidores, membros, colaboradores, atletas profissionais, corredores amadores e público externo em geral.

1.4. A iniciativa possui relevante caráter institucional, social e esportivo, utilizando o esporte como instrumento de incentivo à cidadania, promoção da qualidade de vida, fortalecimento das ações de transparência pública e estímulo à participação social, alinhando-se às diretrizes estratégicas desta Corte de Contas relacionadas à comunicação institucional, relacionamento com a sociedade e valorização das pessoas.

1.5. Além do aspecto esportivo, o evento busca ampliar a visibilidade institucional do TCE-GO perante a população, fortalecer a percepção de transparência e acessibilidade institucional, incentivar o controle social e promover maior integração entre o órgão e a comunidade, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional do Tribunal perante a sociedade goiana.

1.6. A realização de corrida de rua em via pública demanda elevado grau de planejamento operacional, coordenação logística, gerenciamento técnico e observância de normas de segurança, saúde e organização esportiva, envolvendo a execução integrada de múltiplos serviços especializados, dentre os quais se destacam:

- I. elaboração do projeto técnico e operacional do evento;
- II. planejamento e operacionalização do percurso;
- III. gestão das inscrições em plataforma digital;
- IV. fornecimento de kits dos atletas;
- V. fornecimento de camisetas personalizadas, números de peito e demais materiais do evento;
- VI. sistema de cronometragem eletrônica por chip;
- VII. disponibilização de relógio digital/cronômetro de prova;
- VIII. estrutura de largada e chegada;
- IX. fornecimento de pórticos, palco de premiação, pódio e gradilamento;
- X. instalação de tendas, painéis, backdrop e demais estruturas auxiliares;
- XI. fornecimento de sistema de sonorização e locução esportiva;
- XII. instalação de placas indicativas de quilometragem e sinalização do percurso;
- XIII. fornecimento de cones, cavaletes e materiais de isolamento;
- XIV. suporte médico e atendimento emergencial com ambulância;
- XV. fornecimento de hidratação durante e após a prova;
- XVI. apoio logístico e operacional aos participantes;
- XVII. arbitragem esportiva e apuração de resultados;
- XVIII. premiação com medalhas e troféus;
- XIX. montagem, operação e desmontagem das estruturas;
- XX. gerenciamento técnico e operacional integral da prova.

1.7. A execução do evento exige conhecimento técnico especializado, experiência comprovada na realização de corridas de rua, capacidade logística compatível com eventos esportivos de médio porte e disponibilidade de equipe multidisciplinar composta por coordenadores operacionais, profissionais de educação física, equipe de arbitragem, equipe médica, staff operacional, equipe de montagem e suporte logístico.

1.8. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás não dispõe, em sua estrutura administrativa, de todos os equipamentos, materiais e recursos operacionais especializados necessários à execução direta da corrida de rua, especialmente quanto à cronometragem esportiva, gestão

técnica da prova, infraestrutura de largada e chegada, sinalização viária, apoio operacional, montagem de estruturas, hidratação, atendimento emergencial e operacionalização logística de corrida de rua em via pública.

1.8.1. Por outro lado, determinadas atividades de natureza institucional, administrativa, de comunicação e divulgação poderão ser executadas diretamente por equipe própria do TCE-GO, especialmente aquelas relacionadas à cobertura institucional, registros fotográficos e audiovisuais, comunicação interna, divulgação institucional e apoio administrativo, quando compatíveis com a estrutura disponível no Tribunal.

1.8.2. Assim, a contratação deve se limitar aos serviços efetivamente necessários à execução técnica, operacional e logística da corrida, evitando a inclusão de itens que possam ser absorvidos pela Administração ou que não se mostrem indispensáveis à adequada realização do evento.

1.9. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária para garantir a adequada organização do evento, a segurança dos participantes, a confiabilidade da cronometragem e dos resultados, a eficiência logística, o cumprimento das normas aplicáveis e a qualidade da experiência oferecida aos atletas e ao público participante.

1.10. A ausência da contratação poderá comprometer a realização adequada do evento, ocasionando riscos operacionais, falhas de segurança, deficiência na estrutura de apoio aos participantes, problemas na execução logística, prejuízos à experiência dos atletas e impactos negativos à imagem institucional do Tribunal.

1.11. Ademais, a centralização da execução em única contratação proporciona maior eficiência administrativa, melhor integração entre os serviços necessários ao evento, padronização operacional, simplificação da fiscalização contratual e mitigação de riscos decorrentes da fragmentação da execução entre múltiplos fornecedores.

1.12. A contratação pretendida encontra respaldo nos princípios da eficiência, do interesse público, do planejamento, da economicidade e da continuidade administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021, mostrando-se adequada para assegurar a realização do “3º Circuito da Transparência” com qualidade técnica, segurança operacional e alinhamento aos objetivos institucionais do TCE-GO.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021):**

2.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, cadastrada sob o nº 49 PNCP.

2.2. Embora o item do PCA tenha sido registrado de forma genérica, verifica-se compatibilidade material entre o planejamento constante do PCA e a presente contratação, considerando que a demanda se relaciona diretamente à execução de evento institucional de interesse público promovido pelo Tribunal.

2.3. A contratação está alinhada às diretrizes estratégicas do Tribunal relacionadas ao fortalecimento do relacionamento institucional, comunicação integrada, promoção da participação

cidadã, valorização das pessoas e incentivo às ações institucionais voltadas à integração entre o TCE-GO e a sociedade.

2.4. Ademais, a demanda encontra-se compatível com o Plano de Gestão do Tribunal, especialmente no que se refere às ações de transparência, participação cidadã, sustentabilidade social e promoção de iniciativas institucionais voltadas à melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da imagem institucional.

2.5. Registra-se, ainda, que a presente contratação observa o dever de planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, estando adequadamente inserida no contexto das ações institucionais planejadas para o exercício de 2026, em conformidade com o Plano de Contratações Anual desta Corte de Contas.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III, da Lei n. 14.133/2021):**

3.1. A contratação pretendida consiste na prestação de serviços especializados de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, compreendendo corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, prevista para ocorrer no dia 27 de setembro de 2026, na cidade de Goiânia-GO.

3.2. Considerando a natureza do objeto, os serviços deverão ser executados por empresa especializada na realização de eventos esportivos, especialmente corridas de rua, devendo possuir experiência operacional compatível com a complexidade e porte do evento.

3.3. A contratação deverá contemplar solução integrada para execução completa do evento, incluindo, no mínimo:

- 1) planejamento técnico e operacional da prova;
- 2) coordenação geral do evento;
- 3) elaboração de regulamento da corrida;
- 4) gestão de inscrições em plataforma digital;
- 5) fornecimento de kit atleta;
- 6) fornecimento de camisetas personalizadas;
- 7) fornecimento de números de peito;
- 8) sistema de cronometragem eletrônica por chip;
- 9) disponibilização de relógio digital/cronômetro de prova;
- 10) fornecimento de medalhas finisher;
- 11) fornecimento de troféus para premiação;
- 12) estrutura de largada e chegada;



- 13) pórticos, palco, pódio e backdrop;
- 14) gradis, cones, cavaletes e isolamento operacional;
- 15) tendas e estruturas auxiliares;
- 16) sistema de sonorização;
- 17) locução esportiva especializada;
- 18) placas indicativas de quilometragem;
- 19) hidratação durante e após a prova;
- 20) suporte médico e ambulância;
- 21) equipe de apoio operacional e staff;
- 22) arbitragem esportiva;
- 23) gerenciamento e divulgação dos resultados;
- 24) montagem, operação e desmontagem da estrutura;
- 25) limpeza operacional relacionada ao evento;
- 26) apoio logístico necessário à plena execução do objeto.

3.4. A solução contratada deverá observar as normas aplicáveis à realização de eventos esportivos em vias públicas, incluindo exigências de segurança, acessibilidade, atendimento emergencial, organização de trânsito, proteção dos participantes e demais requisitos técnicos aplicáveis.

3.5. A empresa contratada deverá possuir capacidade operacional compatível com a execução de corrida de rua de médio porte, admitindo-se, para fins de qualificação técnica, a comprovação de experiência prévia em organização, planejamento ou execução de evento esportivo, preferencialmente corrida de rua, com quantitativo mínimo de 400 (quatrocentos) participantes.

3.5.1. O quantitativo mínimo de 400 (quatrocentos) participantes mostra-se proporcional ao objeto pretendido, considerando a estimativa de até 800 (oitocentos) participantes para o “3º Circuito da Transparência”, e corresponde a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado da contratação, em observância ao limite previsto no art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.2. A exigência busca assegurar que a futura contratada possua experiência operacional mínima compatível com a organização de evento esportivo de médio porte, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

3.6. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada para execução dos serviços, incluindo coordenador geral do evento, equipe operacional, profissionais de apoio, equipe de arbitragem e, quando aplicável, profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Educação Física – CREF.



3.7. A solução deverá contemplar sistema eletrônico de cronometragem com emissão de resultados oficiais, apuração confiável dos tempos dos participantes e disponibilização dos resultados em meio digital.

3.8. O sistema de inscrições deverá permitir cadastramento eletrônico dos participantes, controle das vagas disponibilizadas, emissão de comprovantes e gerenciamento das informações necessárias à realização da prova.

3.9. Os kits dos atletas deverão ser entregues previamente ao evento, em local e horários a serem definidos pela Administração, contendo, no mínimo:

- I. camiseta oficial do evento;
- II. número de peito;
- III. chip de cronometragem;
- IV. demais itens eventualmente definidos no Termo de Referência.

3.10. A contratada deverá providenciar toda a infraestrutura necessária à segurança e ao adequado fluxo dos participantes, incluindo sinalização do percurso, controle operacional, isolamento de áreas críticas e suporte aos atletas durante toda a execução da prova.

3.11. A estrutura de atendimento médico deverá contemplar, no mínimo, ambulância devidamente equipada, equipe de atendimento emergencial e suporte básico aos participantes durante a realização do evento.

3.12. A solução deverá contemplar fornecimento de hidratação aos participantes durante e após a corrida, mediante disponibilização de pontos de apoio hídrico estrategicamente distribuídos ao longo do percurso e na área de chegada.

3.13. A contratada será responsável pela montagem, operação, manutenção e desmontagem de toda a infraestrutura necessária à realização do evento, incluindo transporte, instalação e retirada dos equipamentos e estruturas utilizados.

3.14. Os materiais empregados na execução do objeto deverão possuir qualidade compatível com eventos esportivos de médio porte, observando padrões adequados de durabilidade, segurança, apresentação visual e desempenho operacional.

3.15. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, sempre que tecnicamente viável, mediante adoção de práticas voltadas à redução de resíduos, destinação ambientalmente adequada dos materiais utilizados e racionalização do consumo de recursos durante a realização do evento.

3.16. Não será admitida a subcontratação integral do objeto, tendo em vista a necessidade de centralização da responsabilidade pela organização, coordenação, gerenciamento e execução operacional do evento em uma única contratada.

3.16.1. Poderá ser admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias, instrumentais ou complementares à execução do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual.





3.16.2. Poderão ser objeto de subcontratação parcial, quando tecnicamente necessário e mediante autorização da Administração, serviços acessórios ou especializados como atendimento médico e ambulância, sonorização, locução, locação de estruturas, cronometragem eletrônica, apoio operacional, fornecimento de materiais gráficos, montagem e desmontagem de estruturas, limpeza, segurança, fornecimento de equipamentos, materiais de apoio e outras atividades complementares indispensáveis à execução do evento.

3.16.3. A subcontratação de qualquer parcela do objeto não afastará a responsabilidade técnica, operacional, administrativa, trabalhista, fiscal, previdenciária, civil e contratual da contratada principal, que permanecerá integralmente responsável perante o TCE-GO por todos os atos praticados por seus subcontratados.

3.16.4. A disciplina detalhada da subcontratação, incluindo limites, condições, documentos exigíveis, vedações e hipóteses de autorização, deverá constar do Termo de Referência e da minuta contratual, em observância ao art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

3.17. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as condições, especificações técnicas, quantitativos e demais exigências que serão detalhados no Termo de Referência.

3.18. A cobertura fotográfica e audiovisual institucional do evento não integrará o escopo da contratação, uma vez que poderá ser executada diretamente por equipe própria do TCE-GO, por meio das unidades responsáveis pela comunicação institucional.

3.18.1. A contratada deverá, contudo, prestar o apoio operacional necessário para viabilizar a atuação da equipe institucional do Tribunal durante o evento, especialmente quanto ao acesso às áreas de largada, chegada, premiação e demais espaços operacionais, desde que não haja prejuízo à segurança dos participantes e à execução da prova.

#### **4. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE (art. 18, §1º, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021):**

4.1. A estimativa das quantidades necessárias à contratação foi elaborada com base na previsão de realização do “3º Circuito da Transparência” para até 800 (oitocentos) participantes, considerando os percursos de 5 km e 10 km, a estrutura constante do Documento de Formalização da Demanda – DFD, as necessidades operacionais inerentes à realização de corrida de rua em via pública e a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, especialmente contratação promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – TJGO para evento de natureza semelhante.

4.1.1. Os quantitativos e descrições constantes deste Estudo Técnico Preliminar foram revisados e compatibilizados com o Termo de Referência e seu Anexo I, de modo a refletir a solução efetivamente pretendida pela Administração para a execução integral do “3º Circuito da Transparência”.

4.1.2. As diferenças eventualmente verificadas em relação ao Documento de Formalização da Demanda decorrem do amadurecimento da fase preparatória, da análise técnica da equipe de planejamento, da necessidade de compatibilização do escopo com o valor estimado da contratação e da definição de que determinadas atividades institucionais serão executadas diretamente por equipe própria do TCE-GO.



4.1.3. Para fins de uniformidade da fase preparatória, os quantitativos deste ETP deverão guardar correspondência com os quantitativos mínimos previstos no Anexo I do Termo de Referência, evitando divergências de escopo, descrição ou quantidade entre os documentos que compõem o processo.

4.2. O dimensionamento dos quantitativos busca assegurar a adequada execução do evento, contemplando infraestrutura de largada e chegada, apoio aos atletas, hidratação, alimentação, segurança, atendimento médico, sinalização, cronometragem, premiação, comunicação visual, sonorização, apoio operacional, montagem e desmontagem das estruturas.

4.3. Para fins de planejamento, foram considerados os quantitativos já indicados no Documento de Formalização da Demanda, complementados, quando necessário, por estimativas proporcionais ou tecnicamente compatíveis com contratações similares, especialmente considerando a diferença entre o evento de referência, dimensionado para 1.500 participantes, e o evento pretendido pelo TCE-GO, dimensionado para aproximadamente 800 participantes.

4.4. A estimativa preliminar das quantidades é a seguinte:

Item	Descrição	Quantidade estimada
1	Serviço de planejamento, organização, coordenação e execução integral da corrida de rua	1 serviço
2	Participantes/atletas inscritos	Até 800
3	Kit atleta	800
4	Sacochila personalizada	800
5	Camiseta oficial personalizada do evento	800
6	Número de peito	800
7	Chip de cronometragem eletrônica	800
8	Medalha de participação/finisher	800
9	Kit fruta/alimentação pós-prova	800
10	Paçoquinha ou item energético equivalente	800
11	Caixa de água mineral 200 ml	120 caixas
12	Refrigerante	450 unidades
13	Suco natural em garrafa	450 unidades
14	Gelo	60 unidades
15	Lanche para staff/equipe de apoio	80
16	Pórtico	6
17	Pódio	1
18	Palco de premiação	1
19	Grades 2 m x 1,20 m	100
20	Tendas de apoio	2
21	Backdrop	4
22	Painel de LED com check result	1
23	Cavaletes de metalon	14
24	Cavaletes de madeira	80
25	Cones de borracha	1.000
26	Carpete de funil de largada/chegada	1
27	Lixeiras plásticas de 75 litros	15
28	Rádios comunicadores	6
29	Separadores de fila em corrente ou fita	16
30	Tambores ou tinas para hidratação	16



31	Banner	4
32	Relógio digital/cronômetro de prova	1
33	Sistema de sonorização completo	1 serviço
34	Locutor esportivo	1 profissional
35	DJ ou operador musical para ambientação do evento	1 profissional
36	Técnico de som	1 profissional
37	Ambulância equipada para atendimento emergencial	1 unidade
38	Equipe médica/socorristas durante o evento	1 equipe
39	Placas indicativas de quilometragem	10 unidades
40	Placas/setas de orientação de percurso	Estimativa mínima de 20 unidades
41	Pontos de hidratação no percurso e chegada	Mínimo de 4 pontos
42	Estrutura de guarda-volumes	1 serviço
43	Equipe de apoio/staff operacional	Estimativa mínima de 40 profissionais
44	Equipe de limpeza durante e após o evento	1 equipe
45	Serviço de montagem da infraestrutura	1 serviço
46	Serviço de desmontagem da infraestrutura	1 serviço
47	Serviço de transporte, carregamento e deslocamento de materiais	1 serviço
48	Sistema/plataforma de inscrições online	1 serviço
49	Sistema de apuração e divulgação de resultados	1 serviço
50	Relatório final de execução do evento	1 documento

4.5. Os quantitativos referentes aos itens diretamente vinculados aos participantes, tais como kits, camisetas, sacochilas, números de peito, chips de cronometragem, medalhas, hidratação e alimentação pós-prova, foram dimensionados com base no número máximo estimado de até 800 (oitocentos) inscritos.

4.6. Os quantitativos referentes à infraestrutura física, apoio operacional, sinalização, sonorização, cronometragem, atendimento médico, montagem e desmontagem foram dimensionados conforme a complexidade do evento, o porte da prova, a realização em via pública, os percursos de 5 km e 10 km e a necessidade de garantir segurança, fluidez, organização e adequada experiência aos participantes.

4.7. Os quantitativos constantes deste Estudo Técnico Preliminar correspondem à estimativa mínima necessária à adequada execução do evento, considerando o público de até 800 (oitocentos) participantes, os percursos de 5 km e 10 km, a realização em via pública, a estrutura de largada e chegada, os pontos de hidratação, as condições de segurança, o apoio médico, a logística de entrega de kits, a necessidade de controle operacional e as demais exigências previstas no Termo de Referência.

4.8. Eventuais ajustes operacionais posteriores somente poderão ocorrer se forem compatíveis com o objeto contratado, não implicarem alteração substancial da solução, não comprometerem a segurança dos participantes, não reduzirem a qualidade técnica do evento e observarem os limites legais aplicáveis à execução contratual.

4.9. O quantitativo estimado de até 800 (oitocentos) participantes foi definido com base na meta institucional informada pela unidade demandante no Documento de Formalização da Demanda e no histórico da edição anterior do evento, que registrou 575 (quinhentos e setenta e cinco)

atletas confirmados, sendo 407 participantes no percurso de 5 km e 165 participantes no percurso de 10 km, conforme relatório final da corrida de 2025.

4.10. A estimativa de até 800 participantes representa projeção de crescimento em relação à edição anterior, compatível com a consolidação do Circuito da Transparência no calendário institucional do TCE-GO, com a ampliação da divulgação ao público interno e externo e com a gratuidade das inscrições, condicionadas à doação de alimentos não perecíveis.

4.11. Para fins de planejamento, a adoção do limite de até 800 participantes mostra-se prudente, pois permite dimensionar previamente os itens diretamente vinculados aos atletas, tais como camisetas, kits, números de peito, chips de cronometragem, medalhas, hidratação e alimentação pós-prova, evitando insuficiência de materiais e prejuízo à execução do evento.

4.12. Os itens de infraestrutura, apoio operacional, atendimento emergencial, sinalização, isolamento, cronometragem, montagem e desmontagem foram dimensionados considerando o porte estimado do evento, a realização em via pública, os percursos de 5 km e 10 km e a necessidade de garantir segurança, organização e fluidez operacional.

4.13. A projeção de até 800 participantes não representa obrigação de preenchimento integral das vagas, mas parâmetro máximo de dimensionamento operacional, necessário para assegurar que a contratada esteja preparada para atender adequadamente a demanda estimada.

## **5. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO (art. 18, §1º, inciso V, da Lei n. 14.133/2021):**

5.1. Para identificação da solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa, foi realizado levantamento preliminar das alternativas disponíveis no mercado para realização de corrida de rua institucional, considerando a natureza do evento, o público estimado de até 800 (oitocentos) participantes, a execução em via pública, os percursos de 5 km e 10 km, a necessidade de estrutura técnica especializada e os referenciais de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos.

5.1.1. No levantamento das soluções disponíveis no mercado, considerou-se que o evento será realizado com inscrições gratuitas, condicionadas à doação de 2 kg (dois quilogramas) de alimentos não perecíveis por participante, conforme previsto no Documento de Formalização da Demanda.

5.1.2. Não haverá cobrança de taxa de inscrição, preço público, valor de participação ou qualquer outra contraprestação financeira dos atletas em favor da Administração ou da futura contratada.

5.1.3. A solução a ser contratada deverá contemplar plataforma ou sistema eletrônico de inscrições capaz de registrar os participantes, controlar o limite de vagas, coletar as informações necessárias à organização da prova, emitir comprovantes de inscrição e permitir o gerenciamento do banco de dados dos atletas, observada a modelagem gratuita definida pela Administração.

5.1.4. A doação de alimentos não perecíveis constitui condição de participação no evento, mas não possui natureza de receita financeira da Administração nem da contratada, não se destinando ao custeio do contrato, abatimento do valor contratado ou remuneração da futura empresa executora.



5.1.5. O recebimento dos alimentos deverá ocorrer preferencialmente no momento da retirada dos kits ou em outro local e data definidos pela Administração, devendo ser adotado controle mínimo de recebimento, armazenamento temporário e posterior destinação dos bens arrecadados às ações sociais promovidas ou apoiadas pelo TCE-GO.

5.2. O levantamento demonstrou que o mercado dispõe de empresas especializadas na realização de eventos esportivos, especialmente corridas de rua, aptas a executar de forma integrada as etapas de planejamento, organização, coordenação, montagem, operação, desmontagem, cronometragem, sinalização, suporte aos atletas, hidratação, sonorização, apoio médico, premiação e demais serviços necessários à realização do evento.

5.3. Foram identificadas, em linhas gerais, as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

- a) execução direta pelo próprio Tribunal, com aquisição ou locação separada dos materiais, equipamentos e serviços necessários;
- b) contratação fragmentada de diversos fornecedores para itens específicos, tais como camisetas, medalhas, troféus, sonorização, cronometragem, ambulância, hidratação, sinalização, montagem de estruturas, staff e demais componentes do evento;
- c) formalização de parceria ou instrumento correlato com entidade representativa, com contratação de terceiros para execução dos serviços necessários;
- d) contratação de empresa especializada para execução integral do evento, contemplando planejamento, organização, coordenação, apoio técnico, logística, infraestrutura, materiais, equipe operacional, cronometragem, segurança, apoio médico e demais serviços correlatos.

5.4. A execução direta pelo Tribunal não se mostra adequada, tendo em vista que o TCE-GO não dispõe, em sua estrutura administrativa, de equipe técnica especializada, equipamentos próprios, sistema de cronometragem, materiais de sinalização, estrutura de pódio, palco, pódio, sonorização, ambulância, equipe médica, staff operacional e demais recursos necessários à execução segura e eficiente de corrida de rua em via pública.

5.5. A contratação fragmentada de múltiplos fornecedores também não se revela a alternativa mais vantajosa, pois aumentaria a complexidade da gestão contratual, exigiria coordenação simultânea de diversos prestadores, ampliaria riscos de falhas de comunicação, atrasos, incompatibilidade entre entregas, sobreposição de responsabilidades e dificuldades de fiscalização, especialmente em um evento cuja execução ocorre em data certa e com elevada interdependência entre os serviços.

5.6. A formalização de parceria ou instrumento correlato com entidade representativa pode contribuir para a articulação institucional do evento, especialmente em razão do vínculo indicado no Documento de Formalização da Demanda com o Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – SERCON. Contudo, ainda que adotado instrumento de cooperação ou apoio institucional, permanece necessária a execução técnica por empresa especializada, uma vez que a realização do evento demanda estrutura profissional, equipe operacional e serviços específicos de organização esportiva.

5.7. A contratação de empresa especializada para execução integral do evento apresenta-se como a alternativa tecnicamente mais adequada, pois permite concentrar em uma única contratada a responsabilidade pela organização, planejamento, execução, montagem, desmontagem, gerenciamento técnico, fornecimento de materiais, disponibilização de equipe especializada e integração de todos os componentes necessários à realização da corrida.





5.8. As contratações similares analisadas indicam que órgãos públicos têm adotado modelagem baseada na contratação de empresa especializada para execução integral de corridas de rua, abrangendo planejamento operacional, organização, montagem e desmontagem, fornecimento de pessoal especializado, apoio, bens e infraestrutura para a realização do objeto. O edital do TJGO, por exemplo, adotou objeto semelhante para circuito de corrida com percursos de 5 km e 10 km, caminhada, estimativa de 1.500 participantes e execução global do evento.

5.9. Foram analisadas contratações públicas similares relacionadas à organização e execução de corridas de rua institucionais, especialmente aquelas utilizadas no orçamento estimativo, tais como contratações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia e Conselho Regional de Odontologia de Goiás.

5.9.1. As referências utilizadas demonstram a existência de mercado especializado apto à execução integrada da solução pretendida, com fornecimento de estruturas, kits de atletas, cronometragem, hidratação, atendimento médico, premiação, apoio operacional, montagem, desmontagem e demais serviços correlatos.

5.9.2. As referências documentais utilizadas para subsidiar a estimativa de valor e a análise de mercado encontram-se juntadas ao orçamento estimativo, que adotou metodologia de cesta de preços composta por contratações públicas similares e definiu a mediana como parâmetro para formação do valor estimado.

5.9.3. Também foi obtida proposta comercial junto a fornecedor especializado do mercado local, no valor total de R\$ 272.866,30, contemplando a execução de diversos itens relacionados à organização do evento, infraestrutura, equipe de apoio, materiais para atletas, hidratação, café da manhã, premiação e demais serviços operacionais.

5.9.4. Embora a proposta demonstre a existência de fornecedor apto a executar objeto semelhante, verificou-se discrepância relevante entre o valor apresentado e os valores identificados em contratações públicas similares utilizadas no orçamento estimativo, cuja mediana resultou em R\$ 120.600,00.

5.9.5. Além disso, a proposta comercial contempla itens e serviços que não refletem integralmente a solução final pretendida pela Administração, especialmente porque parte das atividades institucionais, de comunicação, divulgação, cobertura fotográfica e audiovisual serão executadas por equipe própria do TCE-GO, não devendo compor o custo da contratação.

5.9.6. Dessa forma, a proposta comercial direta foi considerada apenas como referência complementar de mercado, não sendo adotada como parâmetro determinante para a formação do valor estimado, diante da incompatibilidade parcial de escopo, da discrepância significativa em relação às contratações públicas similares e da necessidade de observância dos princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade.

5.9.7. Para definição do valor estimado da contratação, mostra-se mais adequado utilizar a cesta de preços baseada em contratações públicas similares, por refletir objetos mais próximos da solução pretendida, com execução integrada de corridas de rua institucionais e valores praticados em contratações públicas recentes.





5.10. O levantamento de mercado evidencia, portanto, que os serviços necessários à realização do “3º Circuito da Transparência” são usualmente ofertados por empresas especializadas em eventos esportivos, com capacidade de executar a solução de forma integrada, padronizada e compatível com as exigências de segurança, logística, comunicação visual, cronometragem e apoio aos participantes.

5.11. Além disso, a contratação integrada favorece a eficiência administrativa, reduz a necessidade de múltiplos processos de contratação, simplifica a fiscalização, atribui responsabilidade clara à contratada e reduz riscos de descontinuidade, incompatibilidade ou falhas de execução entre diferentes prestadores.

5.12. Assim, a partir do levantamento realizado, conclui-se que a solução mais adequada ao atendimento da demanda consiste na contratação de empresa especializada para prestação dos serviços técnicos, operacionais e logísticos necessários à realização do “3º Circuito da Transparência” do TCE-GO, abrangendo planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio técnico, logística, fornecimento de infraestrutura e disponibilização de materiais e equipes necessários à corrida.

5.13. A solução identificada é compatível com as práticas de mercado, com contratações similares realizadas pela Administração Pública e com a necessidade institucional do Tribunal, devendo as especificações técnicas, quantitativos, obrigações da contratada, requisitos de habilitação e critérios de execução serem detalhados no Termo de Referência.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021):**

6.1. A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada com base:

- I. nos quantitativos previstos para realização do “3º Circuito da Transparência”;
- II. nas estruturas e serviços constantes do Documento de Formalização da Demanda – DFD;
- III. na análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos;
- IV. na complexidade operacional do evento;
- V. na necessidade de execução integrada dos serviços especializados.

6.2. O Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás prevê estimativa inicial de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para a realização do Circuito da Transparência, vinculada ao Item nº 49 do planejamento institucional.

6.3. A pesquisa de preços consolidada no orçamento estimativo adotou metodologia de cesta de preços, com utilização de contratações públicas similares relacionadas à organização e execução de corridas de rua institucionais, observados critérios de compatibilidade quanto ao porte do evento, quantitativo de participantes, estrutura operacional, fornecimento de kits, cronometragem, hidratação, atendimento médico, logística, premiação e demais serviços correlatos.

6.4. A partir das referências válidas, foi adotada a mediana dos valores identificados, no montante de R\$ 120.600,00 (cento e vinte mil e seiscentos reais), por representar medida estatística adequada para reduzir a influência de valores extremos e refletir de forma equilibrada os preços praticados em contratações públicas similares.



6.5. A proposta comercial direta obtida junto a fornecedor local, no valor de R\$ 272.866,30, foi considerada apenas como referência complementar de mercado, não sendo adotada como parâmetro determinante para formação do valor estimado, em razão da discrepância relevante em relação às contratações públicas similares e da incompatibilidade parcial de escopo com a solução final pretendida pela Administração..

6.6. A estimativa definitiva do valor da contratação será consolidada posteriormente, mediante pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 9.900/2021, utilizando-se, sempre que possível:

- I. contratações similares da Administração Pública;
- II. dados do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- III. propostas comerciais de fornecedores do ramo;
- IV. demais parâmetros admitidos pela legislação aplicável.

6.7. A pesquisa de preços deverá considerar todos os custos necessários à execução integral do evento, incluindo materiais, estruturas, equipamentos, pessoal, logística, montagem, desmontagem, hidratação, premiação, cronometragem, atendimento médico, seguros, tributos, encargos e demais despesas inerentes à execução contratual.

6.8. Os valores constantes neste Estudo Técnico Preliminar possuem caráter preliminar e estimativo, podendo sofrer ajustes decorrentes da definição final dos quantitativos, das especificações técnicas e da pesquisa de preços a ser realizada na fase subsequente da instrução processual.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII, da Lei n. 14.133/2021):**

7.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, compreendendo corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, destinada ao público interno e externo, com estimativa de participação de até 800 (oitocentos) atletas.

7.2. A solução deverá contemplar execução integrada de todos os serviços necessários à realização do evento, incluindo infraestrutura física, logística operacional, sistema de inscrições, cronometragem eletrônica, fornecimento de kits atletas, premiação, hidratação, atendimento médico, sonorização, sinalização, apoio operacional, montagem, desmontagem e demais estruturas e serviços correlatos necessários à adequada execução do objeto.

7.3. A contratação da solução integrada mostra-se mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, considerando a elevada interdependência entre os serviços necessários à realização do evento, a necessidade de coordenação centralizada da execução e a redução dos riscos decorrentes da fragmentação contratual.

7.4. A solução também contempla o gerenciamento técnico do evento, incluindo apoio operacional durante a realização da prova, controle de percurso, suporte aos participantes, organização da largada e chegada, gerenciamento de resultados e suporte logístico integral necessário à execução da corrida.

7.5. A execução do objeto contratado pode ser considerada por escopo, uma vez que se trata de contratação destinada à realização de evento específico, com objeto definido, prazo determinado e entrega previamente delimitada, não se caracterizando como prestação de serviço contínuo, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global, considerando que a solução envolve execução integrada e interdependente de múltiplos serviços, materiais, estruturas, equipamentos e equipes operacionais necessárias à realização completa do evento, sendo mais adequada a responsabilização da contratada pela entrega integral da solução.

7.7. A solução será melhor detalhada no Termo de Referência, documento que estabelecerá as especificações técnicas, quantitativos, obrigações da contratada, critérios de execução, requisitos de habilitação, modelo de gestão contratual, condições de recebimento e demais exigências aplicáveis à contratação.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021):**

8.1. A prática de dividir a contratação em itens ou grupos distintos constitui medida admitida pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quando tecnicamente viável e economicamente vantajosa, visando ampliar a competitividade e promover maior eficiência nas contratações públicas.

8.2. No presente caso, após análise técnica e operacional da solução pretendida, verificou-se que a melhor abordagem para a contratação será pelo não parcelamento do objeto, com adjudicação global, pelas seguintes razões:

- a) o objeto possui natureza integrada e elevada interdependência operacional entre os diversos serviços, estruturas, equipamentos e equipes necessárias à realização da corrida de rua;
- b) a execução do evento exige coordenação centralizada e sincronizada entre montagem de estruturas, logística, sonorização, cronometragem, atendimento médico, hidratação, sinalização, premiação, apoio operacional e gerenciamento técnico da prova;
- c) eventual fragmentação da contratação entre múltiplos fornecedores aumentaria significativamente os riscos operacionais relacionados à compatibilidade entre serviços, atrasos, falhas de comunicação, conflitos de responsabilidade e descontinuidade da execução;
- d) a realização do evento ocorrerá em data específica e previamente definida, circunstância que exige elevada integração operacional e resposta imediata durante toda a execução da corrida;
- e) a adjudicação global favorece maior eficiência administrativa, simplifica a gestão contratual e reduz os custos de fiscalização, uma vez que a Administração exercerá o acompanhamento da execução perante única contratada;
- f) a contratação integrada permite atribuição clara de responsabilidade quanto à execução completa do evento, reduzindo riscos de controvérsias entre fornecedores acerca de falhas operacionais ou descumprimentos contratuais;
- g) a solução global é compatível com as práticas adotadas pelo mercado especializado em organização de corridas de rua e com as contratações similares analisadas durante o levantamento de mercado, inclusive em eventos promovidos por outros órgãos públicos.

8.3. Os estudos realizados demonstraram que o parcelamento do objeto não apresenta vantagem técnica ou econômica para a Administração, podendo, ao contrário, comprometer a eficiência

operacional, a padronização da execução, a segurança dos participantes e a adequada coordenação logística do evento.

8.4. A adjudicação global não acarretará restrição indevida à competitividade, considerando que o mercado possui empresas especializadas aptas a executar integralmente o objeto, inclusive com experiência na realização de eventos esportivos de médio e grande porte para órgãos públicos.

8.5. Dessa forma, conclui-se que a contratação por preço global representa a solução mais adequada, eficiente e segura para atendimento da necessidade administrativa, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público.

8.6. Não será adotada reserva de cota ou exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que o parcelamento da solução ou eventual divisão em lotes poderá comprometer a integração operacional do evento, gerar prejuízo ao conjunto da contratação e aumentar os riscos relacionados à execução da corrida de rua.

8.7. Ademais, a natureza integrada da solução exige coordenação unificada dos serviços especializados, circunstância incompatível com eventual fragmentação da execução entre múltiplos fornecedores, razão pela qual a adoção de adjudicação global mostra-se mais adequada ao interesse público e à eficiência administrativa.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX, da Lei n. 14.133/2021):**

9.1. A presente contratação pretende assegurar a realização do “3º Circuito da Transparência” com adequada estrutura técnica, operacional e logística, garantindo eficiência na execução do evento, segurança aos participantes, qualidade dos serviços prestados e melhor aproveitamento dos recursos públicos empregados na contratação.

9.2. Busca-se, ainda, promover ação institucional voltada ao fortalecimento da transparência pública, da integração social e da aproximação entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a sociedade, utilizando o esporte como instrumento de incentivo à participação cidadã, à qualidade de vida e ao fortalecimento da imagem institucional do TCE-GO.

9.3. A contratação também objetiva proporcionar ambiente seguro, organizado e adequado aos atletas, servidores, colaboradores e público participante, mediante disponibilização de estrutura compatível com o porte do evento, incluindo serviços especializados de apoio operacional, atendimento médico, hidratação, cronometragem eletrônica, sinalização, premiação e gerenciamento técnico da prova.

9.4. Pretende-se, igualmente, assegurar maior eficiência administrativa e melhor gestão contratual, mediante contratação integrada da solução, reduzindo riscos operacionais decorrentes da fragmentação da execução entre múltiplos fornecedores e permitindo fiscalização mais eficiente da execução do objeto.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X, da Lei n. 14.133/2021):**

10.1. Como providências preparatórias à execução contratual, a Administração deverá consolidar, em conjunto com a unidade demandante e com o apoio técnico da futura contratada, o percurso da prova, as áreas de largada e chegada, os pontos de hidratação, os locais de apoio operacional, a logística de entrega de kits, a sinalização do trajeto e as necessidades de isolamento, observadas as características do evento, o quantitativo estimado de até 800 participantes e os percursos de 5 km e 10 km.

10.1.1. O percurso preliminar deverá ser definido em tempo hábil para subsidiar o plano operacional do evento e os alinhamentos necessários junto aos órgãos competentes de trânsito, segurança pública, atendimento emergencial e demais entidades envolvidas na autorização e acompanhamento da corrida.

10.1.2. Caberá ao TCE-GO, na condição de promotor institucional do evento, realizar os contatos e encaminhamentos institucionais perante órgãos públicos, entidades de trânsito, segurança pública e demais autoridades competentes, quando a natureza do ato exigir manifestação direta da Administração.

10.1.3. Caberá à futura contratada prestar apoio técnico e operacional à Administração na elaboração, instrução e acompanhamento das solicitações de autorização, licenças e liberações necessárias à realização do evento, incluindo fornecimento de informações técnicas, mapas, croquis, plano operacional, plano de montagem, necessidade de isolamento e demais elementos pertinentes.

10.1.4. Eventuais ajustes no percurso ou na logística operacional deverão observar a compatibilidade com os quantitativos estimados, a segurança dos participantes, a adequação da estrutura contratada e a inexistência de alteração substancial do objeto ou de impacto indevido nos custos da contratação.

10.2. Também será necessária a formalização da equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, nos termos da regulamentação interna do Tribunal, além da adoção das providências administrativas relacionadas à instrução processual, formalização da contratação e acompanhamento da execução do objeto.

10.3. As providências indicadas serão conduzidas pelas unidades competentes do Tribunal, podendo haver apoio técnico da futura contratada quanto aos aspectos operacionais necessários à adequada realização do evento.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS (art. 18, §1º, inciso XI, da Lei n. 14.133/2021):**

11.1. Não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da presente demanda, considerando que a solução pretendida contempla execução integrada dos serviços, estruturas, materiais, logística operacional e demais elementos necessários à realização completa do “3º Circuito da Transparência”.

11.2. Eventuais tratativas institucionais com órgãos públicos, entidades parceiras ou instituições de apoio possuem caráter acessório e não configuram contratações indispensáveis à execução do objeto.

## **12. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, inciso XII, da Lei n. 14.133/2021):**



12.1. A realização do evento poderá ocasionar impactos ambientais relacionados principalmente à geração temporária de resíduos sólidos, utilização de materiais descartáveis, consumo de água e utilização de estruturas e equipamentos durante a execução da corrida de rua.

12.2. Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas práticas voltadas à adequada destinação dos resíduos gerados durante o evento, racionalização do consumo de materiais, limpeza das áreas utilizadas e adoção, sempre que tecnicamente viável, de materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental.

12.3. A contratada deverá observar a legislação ambiental aplicável, bem como adotar boas práticas relacionadas à organização, limpeza e destinação ambientalmente adequada dos resíduos eventualmente gerados durante a execução contratual.

### **13. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021):**

13.1. Este Estudo Técnico Preliminar avaliou a viabilidade da contratação considerando seus aspectos técnicos, operacionais e econômicos, verificando a compatibilidade da solução com a necessidade administrativa identificada, com o planejamento institucional e com os objetivos estratégicos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

13.2. Os estudos realizados demonstraram que a contratação de empresa especializada para execução integral do “3º Circuito da Transparência” apresenta-se como solução tecnicamente adequada e operacionalmente necessária, especialmente em razão da complexidade logística envolvida, da necessidade de integração entre os diversos serviços relacionados ao evento e da inexistência de estrutura própria do Tribunal para execução direta da corrida de rua.

13.3. A solução proposta mostra-se compatível com as práticas adotadas pelo mercado especializado e com contratações similares realizadas pela Administração Pública, permitindo a realização do evento com segurança, eficiência, qualidade operacional e adequada gestão contratual.

13.4. Conclui-se, portanto, que a contratação pretendida é viável, adequada ao interesse público e alinhada aos objetivos institucionais do TCE-GO, contribuindo para o fortalecimento das ações de transparência pública, integração social, incentivo à prática esportiva e aproximação entre o Tribunal e a sociedade.

### **14. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

14.1. Conforme o inciso VII, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Alessandra Siqueira Lessa;
- Integrante técnico: Alessandra Siqueira Lessa; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.





TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

---

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 17 de junho de 2026.**

ALESSANDRA SIQUEIRA LESSA  
**DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CERIMONIAL**

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO II**  
**MAPA DE RISCOS**

**MAPA DE RISCOS**

**Dados do Processo:**

<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, compreendendo corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, incluindo sistema de inscrições, kit atleta, cronometragem eletrônica, hidratação, atendimento médico, premiação, sonorização, sinalização, montagem, desmontagem e demais estruturas e serviços correlatos necessários à execução integral do escopo contratado.
----------------	--

**PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A identificação dos riscos apresentados neste documento considerou apenas aqueles que possuem relevância prática e potencial impacto sobre o objeto da contratação. Em observância às boas práticas de gestão de riscos e ao princípio da materialidade, foram registrados exclusivamente os riscos plausíveis, com possibilidade real de ocorrência e que exigem medidas preventivas e/ou de contingência. A inclusão de riscos irrelevantes ou hipotéticos foi evitada, de modo a garantir clareza, objetividade e foco na efetiva gestão da contratação.

Risco 01:	Especificação técnica inadequada da solução		
Categoria:	Técnico		
Risco 01:			
Probabilidade:	<div><input type="checkbox"/> Baixa</div>	<div><input checked="" type="checkbox"/> Média</div>	<div><input type="checkbox"/> Alta</div>
Impacto:	<div><input type="checkbox"/> Baixo</div>	<div><input type="checkbox"/> Médio</div>	<div><input checked="" type="checkbox"/> Alto</div>
Criticidade:	<div><input type="checkbox"/> Baixa</div>	<div><input type="checkbox"/> Média</div>	<div><input checked="" type="checkbox"/> Alta</div>



**Dano(s):** Contratação de solução incompatível com as necessidades do evento, insuficiente para atendimento do quantitativo estimado de participantes ou inadequada quanto à estrutura operacional, logística, segurança e suporte técnico necessários à realização da corrida.

**Ação(ões) Preventiva(s):** A mitigação do risco será realizada mediante elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência com especificações técnicas claras, detalhadas e compatíveis com o porte do evento, considerando análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, definição adequada dos quantitativos e validação das exigências junto à unidade demandante.

**Responsável:**  
DI-RIC e DI-ADM

**Prazo:** Fase de planejamento da contratação.

**Ação(ões) de Contingência:** Na hipótese de identificação de inadequações durante a execução contratual, deverão ser promovidos ajustes operacionais e adoção das medidas contratuais cabíveis, visando assegurar a adequada execução do evento.

**Responsável:**  
Gestor e Fiscal do Contrato

<b>Risco 02:</b>	Estimativa de preços inadequada		
<b>Categoria:</b>	Financeiro		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Contratação com valores incompatíveis com os praticados pelo mercado ou insuficientes para execução adequada do evento.			
<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> A prevenção será realizada mediante pesquisa de preços baseada em contratações públicas similares, com análise comparativa de eventos de natureza compatível, considerando porte do evento, quantitativo estimado de participantes, estrutura operacional, abrangência dos serviços, complexidade da execução e adoção de critério estatístico adequado, conforme metodologia detalhada no Orçamento Estimativo.			<b>Responsável:</b> Diretoria de Administração

<b>Prazo:</b> Antes da formalização da contratação.	
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Caso sejam identificadas inconsistências na estimativa de preços, deverá ser promovida revisão da pesquisa de mercado e reavaliação da vantajosidade da contratação antes da formalização do ajuste.	<b>Responsável:</b> Diretoria de Administração

<b>Risco 03:</b>	Fracasso da Licitação		
<b>Categoria:</b>	Estratégico		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Ausência de propostas válidas ou competitivas, ocasionando atraso na contratação e comprometimento do cronograma do evento.			
<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> A mitigação será promovida mediante definição de especificações compatíveis com as práticas de mercado, exigências técnicas proporcionais ao objeto e ampla pesquisa mercadológica durante a fase de planejamento.			<b>Responsável:</b> DI-ADM, DI-RIC
<b>Prazo:</b> Fase de planejamento da contratação.			
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Na ocorrência de fracasso do certame, deverão ser revisadas as condições da contratação e promovida nova instrução processual, com eventual republicação do procedimento licitatório.			<b>Responsável:</b> DI-ADM

<b>Risco 04:</b>	Atraso na execução ou montagem da estrutura do evento		
<b>Categoria:</b>	Operacional		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta



<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Comprometimento do cronograma do evento, atraso na largada da corrida ou impossibilidade de utilização adequada das estruturas necessárias à realização da prova.			
<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> A mitigação será realizada mediante definição de cronograma detalhado de execução no Termo de Referência, previsão de prazos mínimos para montagem e desmontagem, fiscalização prévia das estruturas e previsão de penalidades contratuais em caso de descumprimento.			<b>Responsável:</b> Diretoria de Administração, Fiscal do Contrato
<b>Prazo:</b> Execução contratual.			
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Em caso de atraso, deverão ser exigidas medidas corretivas imediatas da contratada, podendo haver readequação operacional e aplicação das penalidades cabíveis.			<b>Responsável:</b> Gestor do Contrato

<b>Risco 05:</b>	Falhas na segurança e atendimento aos participantes		
<b>Categoria:</b>	Operacional		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Ocorrência de acidentes, falhas no atendimento emergencial ou insuficiência de suporte operacional durante a realização da corrida.			
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b> A mitigação ocorrerá mediante exigência de ambulância equipada, equipe de atendimento emergencial, staff operacional, pontos de hidratação, isolamento adequado do percurso e apoio operacional compatível com o porte do evento.			<b>Responsável:</b> Contratada / Fiscalização Contratual

<b>Prazo:</b> Execução contratual.	
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Na ocorrência de incidentes, deverão ser acionados imediatamente os protocolos de emergência, equipe médica e órgãos de apoio competentes, além da adoção das medidas necessárias à preservação da segurança dos participantes.	<b>Responsável:</b> Gestor e Fiscal do Contrato

<b>Risco 06:</b>	Falhas na cronometragem e divulgação dos resultados		
<b>Categoria:</b>	Técnico/Operacional		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Inconsistências na apuração dos tempos dos atletas, atrasos na divulgação dos resultados ou comprometimento da credibilidade da prova.			
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b> A prevenção será realizada mediante exigência de sistema eletrônico de cronometragem compatível com o porte do evento, realização de testes prévios e disponibilização de equipe técnica especializada.			<b>Responsável:</b> Contratada
<b>Prazo:</b> Execução Contratual			
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Na ocorrência de falhas, deverão ser adotados procedimentos de conferência manual, reprocessamento dos dados e correção imediata das inconsistências identificadas.			<b>Responsável:</b> Contratada / Fiscalização Contratual

<b>Risco 07:</b>	Condições climáticas adversas		
<b>Categoria:</b>	Operacional		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta





<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Comprometimento da segurança dos participantes, prejuízos operacionais ou necessidade de suspensão/interrupção do evento.			
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b> A mitigação será promovida mediante planejamento operacional compatível com eventos em área externa, monitoramento das condições climáticas e definição prévia de protocolos de segurança.			<b>Responsável:</b> Contratada / DI-RIC
<b>Prazo:</b> Período de realização do evento			
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Em caso de condições climáticas severas, poderão ser adotadas medidas de interrupção temporária, alteração operacional ou suspensão do evento, priorizando-se a segurança dos participantes e equipes envolvidas.			<b>Responsável:</b> Gestor do Contrato.

<b>Risco 08:</b>	Descumprimento contratual		
<b>Categoria:</b>	Jurídico / Operacional		
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Execução inadequada dos serviços, falhas operacionais ou descumprimento das obrigações previstas contratualmente.			
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b> A mitigação será realizada mediante definição clara das obrigações da contratada no Termo de Referência e no contrato, além de acompanhamento e fiscalização contínua da execução contratual.			<b>Responsável:</b> Diretoria de Administração/ Fiscalização Contratual
<b>Prazo:</b> Durante toda a execução contratual.			
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Na hipótese de descumprimento contratual,			<b>Responsável:</b>

deverão ser aplicadas as medidas previstas na legislação e no instrumento contratual, inclusive penalidades administrativas e eventual rescisão contratual, se cabível.

Diretoria de  
Administração.

#### **IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

Conforme o inciso VII, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Alessandra Siqueira Lessa;
- Integrante técnico: Alessandra Siqueira Lessa; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 17 de junho de 2026.**

ALESSANDRA SIQUEIRA LESSA  
**DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CERIMONIAL**

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO III**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a', da Lei n. 14.133/2021)**

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO**, compreendendo corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, destinada ao público interno e externo, com estimativa de participação de até 800 (oitocentos) atletas, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” do TCE-GO, com percursos de 5 km e 10 km, para até 800 participantes, incluindo sistema de inscrições, kit atleta, camiseta, número de peito, chip de cronometragem, medalhas, troféus, hidratação, atendimento médico, sonorização, sinalização, montagem, desmontagem, apoio operacional e demais serviços necessários à execução integral do escopo contratado.	Serviço	1	R\$ 120.600,00	R\$ 120.600,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo

de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 e justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto deverá ser executado conforme cronograma operacional a ser apresentado pela contratada em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, contemplando as etapas de planejamento, organização, inscrições, produção dos materiais, montagem da estrutura, realização do evento, desmontagem, divulgação dos resultados e entrega do relatório final de execução.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso o objeto não seja concluído no prazo inicialmente previsto, ressalvadas as providências cabíveis em caso de culpa da contratada.

1.5. A presente contratação será executada por escopo, uma vez que se destina à realização de evento específico, com objeto determinado, prazo certo e entrega previamente delimitada, não se caracterizando como serviço contínuo.

1.6. As inscrições para participação no evento serão gratuitas, não havendo cobrança de taxa de inscrição, preço público, valor de participação ou qualquer outra contraprestação financeira dos atletas em favor da Administração ou da futura contratada.

1.6.1. A participação no evento será condicionada à doação de 2 kg (dois quilogramas) de alimentos não perecíveis por participante, conforme previsto no Documento de Formalização da Demanda, os quais serão destinados a ações sociais promovidas ou apoiadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

1.6.2. A doação de alimentos não possui natureza de receita financeira da Administração nem da contratada, não se destinando ao custeio do contrato, abatimento do valor contratado ou remuneração da futura empresa executora.

1.6.3. O recebimento dos alimentos deverá ocorrer preferencialmente no momento da retirada dos kits ou em outro local, data e horário definidos pela Administração, devendo ser adotado controle mínimo de recebimento, armazenamento temporário e posterior destinação dos bens arrecadados às ações sociais promovidas ou apoiadas pelo TCE-GO.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei n. 14.133/2021)**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, que será divulgado em conjunto com este termo, e que apontou a necessidade da Administração de prover o Tribunal dos serviços em apreço.

## **3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei n. 14.133/2021)**

3.1. A presente contratação tem por finalidade garantir a adequada realização do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, previsto para ocorrer no dia 27 de setembro de 2026 (domingo), às 6h30, na cidade de Goiânia-GO, nas imediações da sede do Tribunal, compreendendo corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, destinada ao público interno e externo, com estimativa de participação de até 800 (oitocentos) atletas.



3.2. A solução deverá assegurar a execução do evento com segurança, eficiência operacional, integração logística, qualidade técnica e conformidade com os requisitos legais e administrativos aplicáveis.

3.3. A solução abrange todo o ciclo de execução do evento, compreendendo planejamento operacional, organização, gerenciamento técnico, logística, montagem, execução, desmontagem e suporte integral às atividades necessárias à realização da corrida de rua.

3.4. A solução envolverá a prestação integrada dos seguintes serviços e fornecimentos:

- planejamento técnico e operacional da corrida;
- coordenação geral do evento;
- elaboração e operacionalização do regulamento da prova;
- sistema eletrônico de inscrições;
- gerenciamento de inscrições e banco de dados dos atletas;
- fornecimento de kit atleta;
- fornecimento de camisetas personalizadas;
- fornecimento de números de peito;
- fornecimento de chips de cronometragem;
- sistema eletrônico de cronometragem;
- apuração e divulgação de resultados;
- fornecimento de medalhas e troféus;
- montagem de estrutura de largada e chegada;
- instalação de pórticos, palco, pódio, tendas e gradis;
- fornecimento de sonorização e locução esportiva;
- instalação de placas de quilometragem e sinalização do percurso;
- fornecimento de hidratação durante e após a prova;
- atendimento médico e ambulância;
- disponibilização de equipe operacional e staff;
- montagem, desmontagem e logística operacional;
- limpeza operacional das áreas utilizadas;
- fornecimento de demais estruturas, equipamentos, materiais e serviços necessários à execução integral do escopo contratado do evento.

3.5. A solução deverá ser executada de forma integrada, coordenada e contínua durante todas as etapas do evento, de modo a garantir compatibilidade operacional entre os serviços, segurança dos participantes, cumprimento do cronograma e adequada experiência aos atletas e ao público participante.

3.6. A contratada será responsável por toda a logística necessária à execução do objeto, incluindo transporte, instalação, operação, manutenção e retirada das estruturas, equipamentos e materiais utilizados durante a realização do evento.

3.7. A solução deverá observar as normas de segurança aplicáveis à realização de eventos esportivos em vias públicas, incluindo exigências relacionadas ao atendimento emergencial, controle operacional, sinalização, acessibilidade, segurança dos participantes e apoio logístico durante a realização da corrida.

3.8. A solução também deverá observar as práticas voltadas à sustentabilidade ambiental, incluindo adequada destinação dos resíduos gerados durante o evento, racionalização do consumo de materiais e utilização de materiais de menor impacto ambiental, observadas as

diretrizes da Resolução Administrativa n. 25/2024, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

3.9. Os serviços deverão ser entregues de forma completa e funcional, atendendo integralmente às especificações deste Termo de Referência e garantindo a adequada execução do “3º Circuito da Transparência” durante todas as etapas da contratação.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘d’, da Lei n. 14.133/2021)**

4.1. A contratação deverá ser executada por empresa especializada na realização de eventos esportivos, especialmente corridas de rua, devendo possuir capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade e o porte do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

4.2. A contratada deverá executar integralmente os serviços necessários à realização do evento, incluindo planejamento operacional, organização, gerenciamento técnico, logística, montagem, desmontagem, fornecimento de estruturas, materiais, equipamentos, pessoal e demais serviços correlatos indispensáveis à adequada execução da corrida.

4.3. A solução deverá contemplar, no mínimo:

- sistema eletrônico de inscrições;
- gerenciamento de inscrições e banco de dados dos atletas;
- kit atleta;
- camisetas personalizadas;
- números de peito;
- chips de cronometragem;
- sistema eletrônico de cronometragem;
- medalhas e troféus;
- hidratação durante e após a prova;
- estrutura de largada e chegada;
- palco, pódio, tendas, pórticos, gradis e demais estruturas operacionais;
- sonorização e locução esportiva;
- placas indicativas de percurso e quilometragem;
- ambulância e atendimento médico;
- equipe operacional e staff;
- apoio logístico;
- montagem, desmontagem e limpeza operacional do evento.

4.4. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e em quantitativo compatível com o porte do evento, incluindo coordenador geral, equipe operacional, equipe de apoio, profissionais responsáveis pela cronometragem, atendimento médico, sonorização, montagem e demais atividades necessárias à execução contratual.

4.5. O sistema de cronometragem deverá possuir padrão compatível com eventos esportivos de médio porte, garantindo confiabilidade na apuração dos resultados, controle adequado dos tempos dos participantes e divulgação dos resultados em meio eletrônico.



4.6. A contratada deverá garantir a adequada sinalização do percurso, controle operacional da prova, isolamento das áreas críticas e suporte logístico aos participantes durante toda a realização do evento.

4.7. O atendimento médico deverá contemplar, no mínimo, ambulância devidamente equipada, equipe de atendimento emergencial e suporte aos participantes durante a realização da prova.

4.8. A contratada deverá fornecer hidratação adequada aos atletas, mediante disponibilização de pontos de apoio hídrico distribuídos ao longo do percurso e na área de chegada, em quantitativo compatível com o porte do evento.

4.9. Os kits atletas deverão ser entregues previamente à realização da corrida, em local, datas e horários previamente aprovados pela Administração, contendo, no mínimo:

- camiseta oficial do evento;
- número de peito;
- chip de cronometragem;
- sacochila;
- demais itens previstos neste Termo de Referência.

4.10. A contratada será responsável pela montagem, operação, manutenção e desmontagem de todas as estruturas, equipamentos e materiais necessários à execução do evento, incluindo transporte, instalação e retirada dos itens utilizados.

4.11. Os materiais fornecidos deverão possuir qualidade compatível com eventos esportivos de médio porte, observando padrões adequados de segurança, durabilidade, acabamento e apresentação visual.

4.12. A contratada deverá observar as normas aplicáveis à realização de eventos esportivos em vias públicas, incluindo exigências relacionadas à segurança, acessibilidade, controle operacional, atendimento emergencial e demais obrigações legais pertinentes.

4.13. A execução contratual deverá observar cronograma compatível com a realização da corrida prevista para o dia 27 de setembro de 2026, incluindo etapas de planejamento, inscrições, produção dos materiais, entrega de kits, montagem da estrutura, realização da prova, desmontagem e entrega do relatório final do evento.

4.14. Não será admitida a subcontratação integral do objeto, tendo em vista a necessidade de centralização da responsabilidade pela organização, coordenação, gerenciamento e execução operacional do evento em uma única contratada.

4.14.1. Poderá ser admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias, instrumentais ou complementares à execução do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual.

4.14.2. Poderão ser objeto de subcontratação parcial, quando tecnicamente necessário e mediante autorização da Administração, serviços acessórios ou especializados como atendimento médico e ambulância, sonorização, locução, locação de estruturas, cronometragem eletrônica, apoio operacional, fornecimento de materiais gráficos, montagem e desmontagem de

estruturas, limpeza, segurança, fornecimento de equipamentos, materiais de apoio e outras atividades complementares indispensáveis à execução do evento.

4.14.3. A subcontratação de qualquer parcela do objeto não afastará a responsabilidade técnica, operacional, administrativa, trabalhista, fiscal, previdenciária, civil e contratual da contratada principal, que permanecerá integralmente responsável perante o TCE-GO por todos os atos praticados por seus subcontratados.

4.14.4. A contratada deverá apresentar, quando solicitada pela Administração, informações e documentos relativos às empresas ou profissionais subcontratados, inclusive comprovação de regularidade e qualificação compatíveis com a parcela subcontratada, sem prejuízo das demais exigências previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável.

4.15. A contratação será realizada por lote único, considerando a elevada interdependência operacional entre os serviços, estruturas e equipes necessárias à realização da corrida de rua, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.16. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela Administração, documentos, informações, cronogramas, layouts, artes, planos operacionais e demais elementos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

4.17. A solução deverá ser executada em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente aquelas constantes do Anexo I – Especificações Técnicas Mínimas e Quantitativos.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘e’, da Lei n. 14.133/2021)**

5.1.1. A contratação será executada sob o regime de empreitada por preço global, considerando a natureza integrada da solução e a elevada interdependência operacional entre os serviços necessários à realização do evento.

5.1.2. A contratada será responsável pela execução integral do escopo contratado, devendo fornecer todos os materiais, equipamentos, estruturas, sistemas, profissionais, equipes técnicas e demais recursos necessários ao adequado cumprimento do objeto, observando as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.3. A execução dos serviços compreenderá, no mínimo:

- planejamento técnico e operacional da corrida;
- elaboração do plano operacional do evento;
- gerenciamento e operacionalização das inscrições;
- fornecimento de kit atleta;
- fornecimento de camisetas personalizadas;
- fornecimento de números de peito;
- fornecimento de chips de cronometragem;
- operacionalização da cronometragem eletrônica;
- apuração e divulgação dos resultados oficiais;
- fornecimento de medalhas e troféus;
- montagem das estruturas de largada, chegada e premiação;



- instalação de palco, pódio, tendas, gradis, pórticos, painéis e estruturas auxiliares;
- instalação da sinalização do percurso;
- fornecimento de sonorização e locução esportiva;
- fornecimento de hidratação durante e após a prova;
- disponibilização de ambulância e equipe de atendimento emergencial;
- disponibilização de staff operacional;
- apoio logístico aos atletas;
- desmontagem das estruturas;
- limpeza operacional das áreas utilizadas;
- entrega do relatório final do evento.

5.1.4. A corrida será realizada no dia 27 de setembro de 2026 (domingo), no Setor Jaó, em Goiânia-GO, nas imediações da sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com previsão de largada às 6h30, contemplando percursos de 5 km e 10 km.

5.1.5. A contratada deverá considerar no cronograma operacional junto com a Administração as etapas de planejamento, a divulgação, as inscrições, a produção dos materiais, a entrega dos kits, a montagem da estrutura, a realização da prova, a desmontagem e a entrega do relatório final do evento.

5.1.6. A contratada deverá apresentar à fiscalização contratual, em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, plano operacional preliminar contendo, no mínimo:

- cronograma executivo do evento;
- logística operacional;
- plano de montagem e desmontagem;
- plano de hidratação;
- plano de atendimento emergencial;
- distribuição das equipes de apoio;
- estrutura de largada e chegada;
- logística de entrega dos kits;
- plano de sinalização do percurso;
- estrutura de premiação;
- sistemática de cronometragem e divulgação dos resultados.

5.1.7. Todos os layouts, artes, modelos de camisetas, medalhas, troféus, números de peito, banners, backdrops e demais peças visuais do evento deverão ser previamente submetidos à aprovação da Administração antes de sua produção definitiva.

5.1.8. Caberá ao TCE-GO, na condição de promotor institucional do evento, realizar os contatos e encaminhamentos institucionais perante órgãos públicos, entidades de trânsito, segurança pública e demais autoridades competentes, quando a natureza do ato exigir manifestação direta da Administração.

5.1.8.1. Caberá à contratada prestar apoio técnico e operacional à Administração na elaboração, instrução e acompanhamento das solicitações de autorização, licenças e liberações necessárias à realização do evento, incluindo fornecimento de informações técnicas, mapas, croquis, plano operacional, plano de montagem, necessidade de isolamento e demais elementos pertinentes.

5.1.9. A execução dos serviços deverá observar as normas aplicáveis à realização de corridas de rua e eventos esportivos em vias públicas, inclusive orientações da Federação Goiana de Atletismo, órgãos de trânsito, segurança pública e demais autoridades competentes.

5.1.10. O sistema de inscrições deverá permanecer disponível durante todo o período definido pela Administração, permitindo cadastramento eletrônico, confirmação de inscrição, emissão de comprovantes e gerenciamento das informações dos participantes.

5.1.11. O sistema eletrônico de cronometragem deverá possuir padrão compatível com eventos esportivos de médio porte, garantindo confiabilidade na apuração dos tempos, controle adequado dos resultados e divulgação oficial da classificação da prova.

5.1.12. A contratada deverá disponibilizar equipe operacional em quantitativo compatível com o porte do evento, abrangendo profissionais de coordenação, apoio, hidratação, montagem, desmontagem, sonorização, atendimento aos atletas, limpeza, orientação de percurso, guarda-volumes, staff operacional e apoio técnico.

5.1.13. A contratada deverá fornecer sistema de comunicação operacional entre as equipes envolvidas na execução do evento, inclusive mediante utilização de rádios comunicadores ou solução equivalente.

5.1.14. A contratada será responsável pela montagem, manutenção, operação e desmontagem de todas as estruturas, equipamentos e materiais utilizados durante a execução do evento, incluindo transporte, carregamento, instalação e retirada dos itens necessários à realização da corrida.

5.1.15. Durante toda a execução contratual, a contratada deverá manter preposto responsável pelo acompanhamento operacional do evento, com disponibilidade para atendimento imediato às solicitações da fiscalização contratual.

5.1.16. A contratada poderá subcontratar parcialmente atividades acessórias, instrumentais ou complementares, nos termos deste Termo de Referência, permanecendo integralmente responsável pela execução do objeto perante o TCE-GO.

5.1.17. Não subcontratar integralmente o objeto contratado, admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias, instrumentais ou complementares, desde que previamente autorizada pela Administração e observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **5.2. PRAZOS DE EXECUÇÃO**

5.2.1. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar imediatamente as atividades de planejamento operacional e organização do evento.

5.2.2. A entrega dos kits atletas deverá ocorrer preferencialmente nos dias 25 e 26 de setembro de 2026, em local e horários previamente aprovados pela Administração.

5.2.3. A montagem das estruturas necessárias à realização da prova deverá estar integralmente concluída até as 22h do dia anterior ao evento, salvo cronograma diverso aprovado pela Administração.

5.2.4. A contratada deverá garantir pleno funcionamento das estruturas, equipamentos, sistemas de sonorização, cronometragem, hidratação e atendimento operacional antes do início da corrida.

5.2.5. A desmontagem das estruturas deverá ocorrer imediatamente após o encerramento do evento, devendo ser concluída em prazo compatível com a liberação integral das áreas utilizadas.

5.2.6. Os resultados oficiais da corrida deverão ser disponibilizados em meio eletrônico em até 24 (vinte e quatro) horas após o término da prova.

5.2.7. O relatório final do evento deverá ser entregue à Administração em até 15 (quinze) dias corridos após a realização da corrida, contendo, no mínimo:

- quantitativo de participantes;
- resultados oficiais;
- relatório operacional da execução;
- ocorrências registradas durante o evento;
- avaliação geral da execução contratual.

### **5.3. GARANTIA MÍNIMA DOS SERVIÇOS**

5.3.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, observando padrões adequados de qualidade, segurança, desempenho operacional e compatibilidade com eventos esportivos de médio porte.

5.3.2. A contratada ficará obrigada a corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, quaisquer serviços, materiais, equipamentos ou estruturas que apresentem falhas, defeitos, inadequações ou desconformidades identificadas pela Administração durante a execução contratual.

5.3.3. A contratada responderá integralmente pela qualidade dos serviços executados, bem como pela segurança, estabilidade e adequação técnica das estruturas, equipamentos e materiais fornecidos durante toda a execução contratual.

### **5.4. GARANTIA CONTRATUAL**

5.4.1. Não será exigida garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando:

- a natureza do objeto;
- o prazo reduzido de execução;
- a baixa materialidade do risco financeiro da contratação;
- a inexistência de complexidade técnica extraordinária;
- e o fato de que o pagamento ocorrerá após a efetiva execução dos serviços e respectivo recebimento definitivo pela fiscalização contratual.

### **5.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.5.1. Executar integralmente os serviços em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

5.5.2. Fornecer todos os materiais, equipamentos, estruturas, ferramentas, veículos, sistemas e recursos humanos necessários à execução do objeto.

5.5.3. Disponibilizar equipe técnica qualificada e em quantitativo compatível com o porte do evento.

5.5.4. Responsabilizar-se integralmente pela logística operacional do evento, incluindo transporte, montagem, desmontagem, carregamento, instalação, manutenção e retirada das estruturas e equipamentos.

5.5.5. Responsabilizar-se pela segurança operacional das estruturas, equipamentos e serviços executados durante toda a realização do evento.

5.5.6. Disponibilizar ambulância equipada, equipe de atendimento emergencial e suporte médico compatível com o porte da corrida.

5.5.7. Garantir adequada hidratação dos participantes durante e após a realização da prova.

5.5.8. Disponibilizar staff operacional em quantitativo suficiente para atendimento das demandas do evento.

5.5.9. Garantir adequada sinalização e isolamento operacional do percurso..

5.5.10. Manter sistema de comunicação operacional entre as equipes envolvidas na execução do evento.

5.5.11. Providenciar limpeza operacional das áreas utilizadas antes, durante e após a realização da corrida.

5.5.12. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

5.5.13. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5.14. Cumprir as normas relacionadas à segurança do trabalho, acessibilidade, atendimento emergencial e realização de eventos esportivos em vias públicas.

5.5.15. Atender prontamente às determinações emitidas pela fiscalização contratual.

5.5.16. Manter preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual durante todas as etapas do evento.

5.5.17. Não subcontratar integralmente o objeto contratado.

5.5.18. Observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), responsabilizando-se pela adequada coleta, tratamento, armazenamento, sigilo, segurança e descarte dos dados pessoais eventualmente acessados ou tratados em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do objeto contratado.



5.5.19. Entregar relatório final do evento no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

## **5.6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.6.1. Fornecer as informações necessárias à adequada execução do objeto.

5.6.2. Aprovar previamente cronogramas, layouts, artes, modelos e demais elementos relacionados à identidade visual do evento.

5.6.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

5.6.4. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com este Termo de Referência.

5.6.5. Efetuar o pagamento devido após o recebimento definitivo do objeto e respectivo ateste da fiscalização contratual.

5.6.6. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual.

5.6.7. Disponibilizar apoio institucional necessário à articulação do evento junto às unidades internas do Tribunal.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021)**

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão, respectivamente, às servidoras Suellen Carina Lopes de Queiroz, na qualidade de Gestora do Contrato, e Alessandra Siqueira Lessa, na qualidade de Fiscal do Contrato, designadas nos termos do art. 13, inciso VII, da Portaria nº 729/2025-GPRES do TCE-GO.

6.2. A gestão contratual será responsável pelo acompanhamento geral da execução do contrato, controle dos prazos, adoção das providências administrativas necessárias, comunicação institucional com a contratada e acompanhamento da execução do objeto em seus aspectos administrativos e operacionais.

6.3. A fiscalização contratual acompanhará a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, quantitativos, prazos, cronogramas, qualidade dos serviços executados e demais obrigações previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

6.4. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, dando ciência de todas as ocorrências à contratada e adotando as medidas necessárias ao adequado acompanhamento da execução do objeto.

6.5. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, inclusive mediante utilização de correio eletrônico institucional, aplicativos corporativos de comunicação ou outro meio formal admitido pela Administração, devendo os registros relevantes ser juntados aos autos do processo administrativo correspondente.

6.6. O fiscal do contrato acompanhará e fiscalizará a prestação dos serviços, cabendo-lhe, especialmente:



- I. acompanhar a execução do evento em todas as suas etapas;
- II. verificar a compatibilidade entre os serviços executados e as especificações previstas neste Termo de Referência;
- III. acompanhar os cronogramas de execução, montagem, desmontagem e entrega dos materiais;
- IV. avaliar a qualidade das estruturas, equipamentos, materiais e serviços prestados;
- V. verificar o adequado funcionamento dos sistemas de inscrições e cronometragem;
- VI. acompanhar a entrega dos kits atletas;
- VII. verificar o cumprimento das obrigações relacionadas à hidratação, atendimento médico, segurança operacional e apoio logístico;
- VIII. registrar em processo próprio as ocorrências verificadas durante a execução contratual;
- IX. expedir notificações e determinações necessárias à regularização de falhas eventualmente identificadas;
- X. comunicar à autoridade competente situações que ultrapassem sua competência;
- XI. realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;
- XII. propor, quando cabível, aplicação das sanções previstas contratualmente.

6.7. As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor e do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas à autoridade competente, em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

6.8. A fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.9. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.10. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes à execução do objeto deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem qualquer ônus adicional para o TCE-GO.

6.11. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar reunião inicial com representantes da contratada para alinhamento operacional da execução contratual, apresentação do plano de trabalho, definição do fluxo de comunicação, cronogramas, metodologia de acompanhamento e demais procedimentos necessários à adequada execução do objeto.

6.12. Sempre que necessário, poderão ser realizadas reuniões de acompanhamento entre as partes, devendo eventuais deliberações relevantes serem formalizadas nos autos do processo administrativo.

6.13. A contratada deverá manter preposto formalmente designado durante toda a execução contratual, responsável pelo acompanhamento operacional do evento e atendimento imediato às demandas da fiscalização.

6.14. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução integral dos serviços, o TCE-GO reserva-se o direito de exercer ampla e completa fiscalização sobre a execução contratual, podendo determinar correções, ajustes operacionais, substituição de

profissionais, adequação de estruturas e demais providências necessárias ao adequado cumprimento do objeto contratado.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei n. 14.133/2021)**

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada mediante verificação do cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, observando-se a adequada execução do evento, a qualidade dos serviços prestados, o atendimento ao cronograma operacional, a funcionalidade das estruturas disponibilizadas e o cumprimento dos resultados esperados pela Administração.

7.1.1. A fiscalização contratual verificará especialmente:

- a adequada realização do evento;
- o cumprimento do cronograma de execução;
- a entrega dos materiais e estruturas previstas;
- o funcionamento dos sistemas de inscrições e cronometragem;
- a adequada execução dos serviços de hidratação, apoio operacional e atendimento médico;
- a qualidade dos materiais fornecidos;
- a entrega dos resultados oficiais da corrida;
- a entrega do relatório final do evento.

7.1.2. Os pagamentos estarão sujeitos a glosas, retenções ou descontos proporcionais em caso de inexecução parcial, falhas operacionais, descumprimento contratual ou execução em desconformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.2. Considerando que a contratação será executada sob o regime de empreitada por preço global, a sistemática de medição e pagamento estará vinculada à execução integral do objeto contratado e ao cumprimento dos resultados previstos pela Administração, vedada remuneração baseada exclusivamente em quantitativos unitários isolados.

7.3. Será indicada retenção ou glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatado que a contratada:

- I. não produziu os resultados contratualmente previstos;
- II. deixou de executar, total ou parcialmente, serviços previstos neste Termo de Referência;
- III. executou os serviços com qualidade inferior à exigida;
- IV. deixou de fornecer estruturas, materiais, equipamentos ou recursos humanos necessários à adequada realização do evento;
- V. descumpriu prazos, cronogramas ou obrigações operacionais previstas contratualmente.

7.4. Após a execução do objeto, a contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente e apresentá-la à Administração para fins de liquidação e pagamento.

7.5. O objeto será recebido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

7.5.1. PROVISORIAMENTE, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, após a realização do evento e verificação preliminar da execução dos serviços, das estruturas disponibilizadas e do cumprimento das exigências técnicas previstas neste Termo de Referência.

7.5.2. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, desde que verificada a adequação integral do objeto aos termos contratuais, observando-se o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência ou quando constatadas falhas que comprometam a adequada realização do evento.

7.6.1. O fornecimento dos materiais, estruturas, equipamentos, sistemas e insumos necessários à execução dos serviços correrá integralmente por conta da contratada, constituindo condição indispensável para o recebimento do objeto.

7.7. Qualquer não conformidade apontada pela fiscalização acarretará o não recebimento definitivo do objeto, devendo a contratada promover as correções necessárias no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.8. Caberá à contratada sanar integralmente as irregularidades apontadas pela fiscalização, ficando suspenso o pagamento até a regularização das pendências identificadas.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança, qualidade e adequada execução dos serviços prestados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.

7.10. Verificada a conformidade da execução contratual, a fiscalização emitirá o aceite definitivo do objeto para fins de pagamento.

7.11. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás efetuará o pagamento integralmente após a execução do objeto e respectivo recebimento definitivo, em até 30 (trinta) dias contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo gestor do contrato, mediante depósito bancário em conta corrente indicada pela contratada.

7.11.1. No caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.11.2. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

- EM = encargos moratórios devidos;
- N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- I = índice de compensação financeira = 0,00016438;
- VP = valor da prestação em atraso.

7.12. O pagamento será realizado mediante Ordem Bancária em qualquer instituição financeira indicada pela contratada na Nota Fiscal/Fatura, devendo constar os dados bancários necessários à efetivação do crédito.

7.13. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

7.14. Qualquer erro, inconsistência ou omissão na documentação fiscal apresentada pela contratada acarretará suspensão do prazo de pagamento até a regularização das pendências verificadas.

7.15. Para fins de pagamento, a contratada deverá comprovar a manutenção das condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas durante a contratação.

7.16. Não serão efetuados pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação decorrente de penalidade aplicada à contratada ou inadimplência contratual.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, conforme o caso.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)**

### **8.1. FORMA DE SELEÇÃO**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global decorre da natureza integrada da solução, considerando a elevada interdependência operacional entre os serviços, estruturas, materiais, equipamentos e equipes necessárias à realização do evento, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

8.1.3. Será adotado o modo de disputa ABERTO, considerando que o objeto possui especificações usuais de mercado, permitindo ampla competitividade entre os licitantes e maior obtenção de vantajosidade para a Administração.

8.1.4. Não será observada reserva de cota ou exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o parcelamento da solução poderá comprometer a integração operacional do evento e gerar prejuízo ao conjunto da contratação, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

8.1.5. A Administração poderá realizar diligências para aferição da exequibilidade das propostas apresentadas, podendo solicitar da licitante a apresentação de composição de custos, memória de cálculo, contratos similares, notas fiscais, documentos complementares ou quaisquer outros elementos necessários à comprovação da viabilidade econômica da proposta ofertada.

### **8.2. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

8.2.1. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando que:



- o objeto não possui complexidade técnica extraordinária;
- a contratação não apresenta vulto financeiro elevado;
- o mercado possui ampla quantidade de empresas aptas à execução integral da solução;
- e a vedação visa preservar a adequada gestão contratual, a responsabilização direta da contratada e a eficiência operacional da execução do evento.

### **8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.3.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos os seguintes requisitos de qualificação técnica:

#### **8.3.1.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

8.3.1.1.1. Comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.3.1.1.2. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços com características compatíveis com o objeto desta contratação, especialmente quanto à:

I – organização, planejamento ou execução de corrida de rua, evento esportivo ou evento de natureza similar;

II – fornecimento de estrutura operacional para eventos esportivos;

III – disponibilização de sistema eletrônico de cronometragem;

IV – gerenciamento de inscrições e apoio operacional a atletas;

V – execução de evento com quantitativo mínimo de 400 (quatrocentos) participantes.

8.3.1.1.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que os serviços tenham sido executados de forma compatível com o objeto da contratação.

8.3.1.1.4. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

8.3.1.1.5. A Administração poderá realizar diligências para verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares relacionados à execução contratual.

8.3.1.1.6. A exigência de qualificação técnica justifica-se em razão da necessidade de assegurar que a futura contratada possua experiência prévia compatível com a complexidade operacional da solução, especialmente quanto à gestão logística, organização de eventos esportivos e coordenação operacional, observando-se que o quantitativo mínimo de 400 (quatrocentos) participantes corresponde a 50% (cinquenta por cento) da estimativa de até 800 (oitocentos) participantes prevista para o evento.

#### **8.3.1.2. EQUIPE TÉCNICA**

8.3.1.2.1. A licitante deverá declarar que possui equipe técnica e operacional em quantitativo suficiente para execução do objeto, incluindo profissionais responsáveis pela coordenação geral do evento, cronometragem, montagem, logística operacional, atendimento aos participantes e suporte técnico.



8.3.1.2.2. A contratada deverá disponibilizar coordenador responsável pelo acompanhamento operacional do evento durante todas as etapas da execução contratual.

### **8.3.1.3. VISITA TÉCNICA**

8.3.1.3.1. A visita técnica será facultativa.

8.3.1.3.2. Os interessados poderão realizar vistoria prévia no local de execução do evento mediante agendamento junto à Diretoria de Relações Institucionais e Cerimonial do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com a Sra. Alessandra Siqueira Lessa, telefone (62) 3228-2899 / (62) 3228-2850.

8.3.1.3.3. A não realização da visita técnica não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais ou para solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do desconhecimento das condições locais.

8.3.1.3.4. Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto.

## **8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.4.1. Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, será exigida, para fins de qualificação econômico-financeira, a seguinte documentação:

- I. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- II. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.4.2. Os documentos referidos no item anterior limitar-se-ão ao último exercício social no caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.4.3. A exigência de qualificação econômico-financeira justifica-se em razão da necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade mínima para suportar as obrigações decorrentes da execução contratual, especialmente considerando a necessidade de mobilização prévia de estruturas, materiais, equipamentos e equipes operacionais para realização do evento.

## **8.5. HABILITAÇÕES JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.5.1. Nos moldes do art. 66, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA será exigido, cujos documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971; e

8.5.2. Nos moldes do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será exigido:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás (art. 88, da Lei estadual nº 17.928/2012);
- h) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

## 8.6. GARANTIA DA PROPOSTA

8.6.1. Não será exigida garantia da proposta prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, considerando:



- o baixo vulto da contratação;
- a ampla competitividade esperada no certame;
- a natureza comum do objeto;
- e a inexistência de risco relevante que justifique a adoção da medida.

8.6.2. A não exigência da garantia da proposta visa ampliar a competitividade do certame e evitar imposição de custos desnecessários aos licitantes, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021)**

9.1. O valor estimado da presente contratação é de **R\$ 120.600,00 (cento e vinte mil e seiscentos reais)**, conforme detalhamento constante do Orçamento Estimativo elaborado para subsidiar a presente contratação.

9.2. A estimativa foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Estadual nº 9.900/2021, mediante utilização de metodologia de cesta de preços composta por contratações públicas similares relacionadas à organização e execução de corridas de rua institucionais.

9.3. Para composição do valor estimado, foram analisadas contratações promovidas por órgãos públicos com objetos compatíveis com a solução pretendida, observando-se critérios relacionados ao quantitativo de participantes, estrutura operacional, abrangência dos serviços, logística, fornecimento de kits atletas, cronometragem, hidratação, atendimento médico e demais elementos necessários à execução integral do escopo contratado.

9.4. Considerando a dispersão dos valores identificados durante a pesquisa de mercado, adotou-se a mediana da cesta de preços como parâmetro para consolidação do valor estimado da contratação, por representar medida mais equilibrada do comportamento do mercado e reduzir a influência de valores extremos.

9.5. O valor estimado contempla todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo materiais, estruturas, equipamentos, logística, tributos, encargos, montagem, desmontagem, pessoal especializado, hidratação, atendimento médico, cronometragem, premiação, sonorização, apoio operacional e demais despesas inerentes à execução contratual.

9.6. O orçamento estimativo detalhado constitui anexo deste Termo de Referência e servirá como parâmetro para análise de exequibilidade, aceitabilidade das propostas e verificação da vantajosidade da contratação.

9.7. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimativo, qual seja, 12 de maio de 2026.

9.8. Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, e desde que requerido pela contratada, os preços poderão ser reajustados com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, observado o marco inicial indicado no item anterior.

9.9. O reajuste somente será aplicável às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, vedada a concessão de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano.

#### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)**

10.1. A despesa decorrente da presente contratação poderá ser enquadrada na classificação orçamentária **2026.0201.01.032.4200.4215.03.25000100.90.0000**, bem como na Natureza de Despesa **3.3.90.39.06 – Festividades e Homenagens**, com impacto orçamentário-financeiro estimado em **R\$ 120.600,00** (cento e vinte mil e seiscentos reais).

10.2. A presente contratação encontra-se prevista no nº 49-PNCP do Plano de Contratações Anual – PCA 2026.

10.3. A presente contratação observará as exigências da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como as demais normas aplicáveis à execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública.

#### **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas durante a execução contratual serão resolvidos pela Administração, à luz da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata e dos princípios aplicáveis à Administração Pública.

11.2. A simples participação no procedimento licitatório implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e submissão às normas nele previstas.

11.3. A contratada deverá observar integralmente as normas de segurança, acessibilidade, atendimento emergencial, trânsito, realização de eventos esportivos em vias públicas e demais exigências legais aplicáveis à execução do objeto.

11.4. A contratada será integralmente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, civis e demais obrigações decorrentes da execução contratual.

11.5. Todos os materiais, estruturas, equipamentos, layouts, peças gráficas e elementos visuais relacionados ao evento deverão ser previamente aprovados pela Administração antes de sua produção definitiva e utilização durante a execução do objeto.

11.6. A Administração poderá determinar ajustes operacionais, adequações de cronograma, substituição de estruturas, reforço de equipes ou adoção de providências complementares necessárias à adequada realização do evento, desde que compatíveis com o objeto contratado.

11.7. A contratada deverá manter sigilo sobre informações institucionais e dados pessoais eventualmente acessados em razão da execução contratual, observando integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), não podendo utilizá-los para finalidade diversa daquela relacionada ao objeto contratado.

11.8. As peças gráficas, layouts, artes, elementos visuais, materiais de identificação, sinalização, comunicação visual, resultados oficiais, relatórios e demais produtos técnicos ou operacionais produzidos pela contratada em razão da execução do objeto poderão ser utilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás para fins institucionais, educativos, publicitários e de divulgação

interna e externa, sem ônus adicional para a Administração, observada a legislação aplicável relativa ao uso de imagem, direitos autorais e proteção de dados pessoais.

11.9. A contratação será formalizada mediante instrumento contratual próprio, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação interna do TCE-GO.

11.10. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, o Mapa de Riscos, o Orçamento Estimativo, o Anexo I – Especificações Técnicas Mínimas e Quantitativos, bem como os demais documentos constantes do processo administrativo correspondente.

## **12. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

12.1 Conforme o inciso VII, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Alessandra Siqueira Lessa;
- Integrante técnico: Alessandra Siqueira Lessa; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 17 de junho de 2026.**

**ALESSANDRA SIQUEIRA LESSA**  
**DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CERIMONIAL**

**SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E QUANTITATIVOS

##### 1. OBJETO

1.1. O presente Anexo estabelece as especificações técnicas mínimas, quantitativos estimados e condições operacionais necessárias à execução do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, compreendendo corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, prevista para o dia 27 de setembro de 2026, com estimativa de participação de até 800 (oitocentos) atletas, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 01/2026.

1.2. Todos os materiais, estruturas, equipamentos e serviços deverão possuir qualidade compatível com eventos esportivos de médio porte, observando padrões adequados de segurança, acabamento, funcionalidade, durabilidade, desempenho operacional e apresentação visual.

1.3. Os quantitativos previstos neste Anexo representam estimativa mínima necessária à adequada execução do escopo contratado, dimensionada com base na estimativa de até 800 participantes, podendo sofrer ajustes operacionais pela Administração apenas quando compatíveis com o objeto, com o valor contratado, com a segurança dos participantes e com os limites legais aplicáveis, vedada alteração substancial da solução.

##### 2. ESTRUTURA FÍSICA, SINALIZAÇÃO E APOIO OPERACIONAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Grades estilo cavalete 2m x 1,20m em aço galvanizado para isolamento e contenção	Unidade	100
2	Palco metálico 4m x 4m x 0,80m para apresentação e premiação	Unidade	1
3	Pórtico Box Truss 6m x 3,5m com arte personalizada frente e verso	Unidade	1
4	Backdrop em Q15 4m x 2m	Unidade	2
5	Testeira do palco	Unidade	1
6	Banners de hidratação	Unidade	6
7	Testeira Kit Pós	Unidade	1
8	Banner entrega de kit	Unidade	1
9	Testeira guarda-volumes	Unidade	1
10	Lona fundo Espaço Relax 10m x 5m	Unidade	1
11	Separadores de fila em corrente ou fita	Unidade	16
12	Tambores/tinas para armazenamento de água com gelo	Unidade	12
13	Estrutura completa de guarda-volumes	Serviço	1
14	Backdrops para fotos 2,5m x 1,5m	Unidade	3
15	Estrutura física e informática para entrega de kits	Serviço	1
16	Equipamentos de largada (apito, sirene e cronômetro)	Serviço	1
17	Banheiros químicos	Unidade	10



18	Tendas 5x5m	Unidade	10
19	Gradil metálico complementar	Metro linear	300

## 2.1. ESPECIFICAÇÕES OPERACIONAIS

2.1.1. Todas as estruturas deverão:

- I – apresentar adequado estado de conservação;
- II – possuir estabilidade e segurança operacional;
- III – atender às normas técnicas aplicáveis;
- IV – ser instaladas por equipe qualificada;
- V – permanecer em pleno funcionamento durante todo o evento.

2.1.2. A montagem das estruturas deverá estar concluída até as 22h do dia anterior ao evento, salvo cronograma diverso aprovado pela Administração.

2.1.3. A contratada será responsável pela montagem, desmontagem, transporte, manutenção e suporte operacional de todas as estruturas utilizadas no evento.

## 3. ALIMENTAÇÃO, HIDRATAÇÃO E KIT PÓS-PROVA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE
20	Café da manhã para atletas contendo quitandas, minissanduíche, café e água	Serviço	1
21	Água mineral natural sem gás em copos lacrados	Unidade	2.500
22	Kit alimentação pós-prova contendo maçã, banana, água e picolé de fruta	Unidade	800

### 3.1. HIDRATAÇÃO

3.1.1. A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 6 (seis) pontos de hidratação ativos ao longo do percurso e nas áreas de largada e chegada.

3.1.2. A água mineral deverá ser acondicionada em copos plásticos lacrados, em quantidade suficiente ao atendimento seguro dos participantes durante toda a realização da prova.

3.1.3. O café da manhã deverá possuir mesas estilo buffet e estrutura compatível com atendimento simultâneo dos participantes.

## 4. SISTEMA DE INSCRIÇÕES, CRONOMETRAGEM E TECNOLOGIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE
23	Sistema eletrônico de inscrições online	Serviço	1
24	Gerenciamento operacional das inscrições e banco de dados dos atletas	Serviço	1
25	Sistema eletrônico de cronometragem	Serviço	1
26	Equipe de cronometragem eletrônica	Pessoa	4
27	Conferente de resultados	Pessoa	1
28	Rádio comunicador para equipes operacionais	Unidade	12
29	Painel de LED para largada/chegada	Unidade	1

#### 4.1. CRONOMETRAGEM ELETRÔNICA

4.1.1. O sistema de cronometragem deverá:

I – utilizar tecnologia RFID ou equivalente;

II – possuir leitura automática dos tempos;

III – permitir classificação geral e por categoria;

IV – disponibilizar resultados online;

V – possuir sistema de contingência para falhas operacionais;

VI – permitir emissão de relatórios finais da prova.

4.1.2. A equipe de cronometragem será responsável pela operação dos equipamentos, conferência do backup manual e eletrônico e elaboração da súmula final do evento.

#### 5. EQUIPE TÉCNICA, ARBITRAGEM E APOIO OPERACIONAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE
30	Serviço de agentes de trânsito	Serviço	1
31	Staff operacional	Serviço	1
32	Coordenador geral de arbitragem	Pessoa	1
33	Árbitros de largada	Pessoa	2
34	Árbitros de chegada	Pessoa	2
35	Árbitros de percurso	Pessoa	4
36	Equipe de limpeza e conservação	Serviço	1
37	Serviço de segurança	Serviço	1
38	Educador físico para aquecimento	Pessoa	1
39	Coordenador geral do evento	Pessoa	1

##### 5.1. STAFF OPERACIONAL

5.1.1. A equipe de staff deverá possuir quantitativo mínimo de 30 (trinta) pessoas distribuídas ao longo do percurso, áreas de largada, chegada, hidratação, guarda-volumes e apoio operacional.

5.1.2. Os árbitros serão responsáveis pela fiscalização do percurso, verificação da regularidade da prova, homologação dos resultados e aplicação do regulamento do evento.

5.1.3. Os agentes de trânsito deverão atuar em apoio à organização do fluxo viário e segurança operacional dos participantes.

#### 6. SONORIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO E APOIO VISUAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE
40	DJ para eventos esportivos ou corporativos	Serviço	1
41	Técnico de som	Pessoa	1
42	Sistema de sonorização profissional	Serviço	1

##### 6.1. SONORIZAÇÃO

6.1.1. O sistema de sonorização deverá atender adequadamente as áreas de largada, chegada, premiação e demais áreas operacionais do evento.

6.1.2. A contratada será responsável pela montagem, operação e desmontagem de todos os equipamentos de áudio.

## 7. SEGURANÇA, ATENDIMENTO MÉDICO E APOIO EMERGENCIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE
43	Ambulância móvel equipada com socorrista/técnico de enfermagem e motorista	Unidade	1

### 7.1. ATENDIMENTO MÉDICO

7.1.1. A ambulância deverá permanecer disponível durante todo o período de realização do evento.

7.1.2. A contratada deverá disponibilizar suporte emergencial adequado ao porte da corrida e compatível com as normas aplicáveis à realização de eventos esportivos.

7.1.3. A estrutura de atendimento médico e emergencial prevista neste Anexo mostra-se compatível com a natureza do evento, com a estimativa de até 800 participantes, com a realização da corrida em via pública e com os percursos de 5 km e 10 km, destinando-se à mitigação dos riscos inerentes à prática esportiva e ao atendimento inicial de eventuais ocorrências durante a execução da prova, sem prejuízo da observância das exigências eventualmente estabelecidas pelos órgãos competentes.

## 8. KIT ATLETA E PREMIAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE
44	Sacochila personalizada em poliéster	Unidade	800
45	Camiseta oficial personalizada Dry Fit	Unidade	800
46	Garrafa de silicone dobrável para corrida	Unidade	800
47	Número de peito com chip de cronometragem	Unidade	800
48	Barra de cereal	Unidade	800
49	Medalha finish personalizada	Unidade	800
50	Troféus personalizados	Unidade	70

### 8.1. CAMISETAS

8.1.1. As camisetas deverão possuir:

I – tecido tecnológico 100% poliéster Dry Fit ou composição mista contendo no mínimo 90% poliéster e até 10% elastano;

II – propriedades de respirabilidade, secagem rápida e conforto térmico;

III – modelagem unissex adequada à prática esportiva;

IV – costura reforçada;

V – estampas personalizadas em silk screen ou sublimação;

VI – tamanhos P, M, G, GG e XG.

### 8.2. NÚMERO DE PEITO E CHIP

8.2.1. O número de peito deverá ser entregue acompanhado de quatro alfinetes.

8.2.2. O chip deverá utilizar tecnologia RFID ou equivalente, incluindo reserva técnica para substituição de eventuais falhas detectadas.

### **8.3. MEDALHAS**

8.3.1. As medalhas finish deverão:

- I – possuir diâmetro aproximado de 9 cm;
- II – conter arte personalizada do evento;
- III – possuir acabamento metálico;
- IV – admitir impressão em até 8 cores.

### **8.4. TROFÉUS**

8.4.1. Os troféus deverão:

- I – ser confeccionados em acrílico cristal transparente com espessura mínima de 5 mm;
- II – possuir impressão UV colorida;
- III – possuir base em acrílico cristal;
- IV – possuir altura aproximada de 22 cm;
- V – conter identificação da prova, categoria e colocação.

8.4.2. A premiação contemplará:

- I – 1º, 2º e 3º colocados por categoria e modalidade;
- II – categorias etárias conforme regulamento do evento;
- III – categoria PcD;
- IV – troféus institucionais adicionais previstos no DFD.

## **9. LIMPEZA, SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADES OPERACIONAIS**

### **9.1. LIMPEZA OPERACIONAL**

9.1.1. A contratada será responsável pela limpeza operacional das áreas utilizadas antes, durante e após o evento.

9.1.2. Todos os resíduos gerados deverão receber destinação ambientalmente adequada, observadas as normas aplicáveis.

### **9.2. RESPONSABILIDADES OPERACIONAIS**

9.2.1. A contratada será integralmente responsável:

- I – pela montagem e desmontagem das estruturas;
- II – pela logística operacional do evento;
- III – pelo fornecimento dos materiais;
- IV – pelo transporte dos equipamentos;
- V – pela segurança operacional das estruturas;
- VI – pela execução dos serviços contratados;
- VII – pelo suporte operacional aos participantes;
- VIII – pelo apoio técnico junto aos órgãos de trânsito e demais entidades competentes.



9.2.2. Todos os layouts, artes, modelos, peças gráficas e elementos visuais relacionados ao evento deverão ser previamente submetidos à aprovação da Administração antes de sua produção definitiva.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO IV**

**ORÇAMENTO ESTIMATIVO**

**1. OBJETO**

1.1. O presente Orçamento Estimativo tem por finalidade subsidiar a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, compreendendo corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, destinada ao público interno e externo, com estimativa de participação de até 800 (oitocentos) atletas.

1.2. A contratação contempla execução integrada dos serviços necessários à realização do evento, incluindo, entre outros:

- sistema de inscrições;
- kit atleta;
- camisetas;
- medalhas;
- troféus;
- cronometragem eletrônica;
- hidratação;
- atendimento médico;
- sonorização;
- sinalização;
- estrutura de largada e chegada;
- montagem e desmontagem;
- apoio operacional;
- logística e gerenciamento técnico da prova.

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

2.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observando parâmetros aptos a refletir os preços praticados pelo mercado para soluções semelhantes.

2.2. Também foram observados:

- os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade;
- as boas práticas aplicáveis às contratações públicas;
- os critérios de compatibilidade técnica entre os objetos analisados;
- a proporcionalidade entre quantitativos, estrutura operacional e porte dos eventos utilizados como referência.





2.3. Para elaboração da estimativa, adotou-se metodologia baseada em cesta de preços composta por contratações públicas similares, complementada por análise de proposta comercial obtida junto a fornecedor do segmento, observando-se os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 9.900/2021.

2.4. A cesta de preços utilizada para definição do valor estimado foi formada por contratações públicas similares, selecionadas em razão da compatibilidade do objeto, do porte dos eventos, do quantitativo de participantes, da existência de percursos de 5 km e 10 km, do fornecimento de kit atleta, da disponibilização de estrutura operacional integrada, da cronometragem eletrônica, da hidratação, do atendimento médico, da premiação e da logística operacional.

2.5. Também foi obtida proposta comercial junto a fornecedor especializado do mercado local, a qual foi considerada como referência complementar de mercado, sem adoção direta para formação do valor estimado, em razão da discrepância relevante em relação às contratações públicas similares e da incompatibilidade parcial de escopo com a solução final pretendida pela Administração.

2.6. A utilização das contratações públicas similares como parâmetro principal justifica-se por refletirem valores efetivamente praticados em ajustes administrativos recentes, envolvendo objetos de natureza semelhante, com execução integrada de corridas de rua institucionais e maior aderência ao regime de contratação pretendido.

### **3. METODOLOGIA ADOTADA PARA ESTIMATIVA DO VALOR**

3.1. A estimativa foi elaborada mediante metodologia de cesta de preços, com análise comparativa de contratações similares promovidas por órgãos públicos para realização de corridas de rua institucionais.

3.2. Para assegurar comparabilidade técnica entre as referências utilizadas, foram observados os seguintes critérios:

- quantidade estimada de participantes;
- existência de percursos de 5 km e 10 km;
- fornecimento de kit atleta;
- disponibilização de estrutura operacional integrada;
- fornecimento de cronometragem eletrônica;
- atendimento médico;
- hidratação;
- montagem e desmontagem;
- logística operacional;
- execução integrada dos serviços técnicos, operacionais e logísticos necessários à realização da corrida.

3.3. Foram desconsideradas referências incompatíveis com o escopo pretendido, especialmente aquelas relacionadas exclusivamente à locação de estruturas isoladas ou à prestação parcial de serviços.

3.4. Também foi considerada a proporcionalidade entre o quantitativo de atletas previsto para o evento do TCE-GO, dimensionado para aproximadamente 800 (oitocentos) participantes, e os quantitativos constantes nas contratações utilizadas como paradigma.

3.5. Considerando a existência de variação entre os valores encontrados, decorrente de fatores como porte do evento, quantitativo de participantes, premiação, estrutura operacional e abrangência dos serviços contratados, adotou-se a mediana como medida de referência, por representar de forma mais equilibrada o comportamento do mercado e reduzir a influência de valores extremos.

3.6. Considerando que o objeto será contratado em item único, por preço global, e que as contratações públicas utilizadas como referência também foram estruturadas majoritariamente com valores globais para execução integrada de eventos esportivos, a estimativa foi consolidada com base no valor global das contratações similares.

3.7. A opção pela estimativa global mostra-se adequada às características do objeto, uma vez que a execução da corrida demanda integração operacional entre diversos serviços, estruturas, materiais, equipes e fornecimentos, cuja fragmentação artificial poderia não refletir a dinâmica real de formação de preços praticada pelo mercado para eventos dessa natureza.

3.8. Sem prejuízo da adoção do valor global como parâmetro principal, foram analisados os principais grupos de custos que compõem a solução, especialmente: organização e coordenação operacional; estruturas físicas; sistema de inscrições; cronometragem; apoio operacional e staff; atendimento emergencial; hidratação e alimentação pós-prova; sonorização; sinalização; camisetas, kits, medalhas e troféus.

3.9. A análise por grupos de despesa foi utilizada para aferir a compatibilidade técnica entre as contratações paradigma e a solução pretendida pelo TCE-GO, bem como para verificar a suficiência do valor estimado para a execução integral do escopo contratado, sem prejuízo da exigência de que as propostas apresentadas no certame observem todas as especificações técnicas do Termo de Referência.

#### **4. FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA**

##### **4.1. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – TJGO**

Contratação de empresa especializada para execução de circuito de corrida com percursos de 5 km e 10 km, caminhada, estrutura completa de evento e estimativa de 1.500 atletas.

Valor contratado: R\$ 176.800,00.

##### **4.2. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, assessoramento e execução da “IV Corrida de Rua Solidária do TCE-RO”.

Valor contratado: R\$ 99.940,50.

##### **4.3. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON**

Contratação de empresa especializada para planejamento, assessoramento e execução da II Corrida de Rua do IPERON para 1.000 participantes, incluindo kit atleta, hidratação, ambulância, cronometragem, estruturas e apoio operacional.

Valor contratado: R\$ 126.221,06.

#### 4.4. Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia – PGE/RO

Contratação de empresa para execução de serviços de planejamento, assessoramento e execução da I Corrida de Rua Solidária da PGE/RO para 600 participantes.

Valor contratado: R\$ 112.000,00.

#### 4.5. Conselho Regional de Odontologia de Goiás – CRO-GO

Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e execução da 2ª Corrida de Rua do CRO-GO para 1.000 participantes.

Valor contratado: R\$ 120.600,00.

### 5. ANÁLISE COMPARATIVA DOS VALORES

ÓRGÃO	PARTICIPANTES	VALOR
TJGO	1.500	R\$ 176.800,00
TCE-RO	Não informado	R\$ 99.940,50
IPERON	1.000	R\$ 126.221,06
PGE/RO	600	R\$ 112.000,00
CRO-GO	1.000	R\$ 120.600,00

5.1. A análise das referências demonstra que os valores praticados para realização de corridas de rua institucionais variam conforme:

- quantitativo de participantes;
- complexidade operacional;
- estrutura disponibilizada;
- premiação;
- abrangência dos serviços contratados;
- quantidade de itens fornecidos aos atletas;
- exigências logísticas e técnicas do evento.

5.2. Verificou-se que as contratações destinadas a eventos esportivos institucionais com quantitativos entre 600 e 1.000 participantes apresentam valores situados, em média, entre R\$ 110.000,00 e R\$ 130.000,00, podendo haver acréscimos em razão de estruturas adicionais, premiação, quantidade de itens fornecidos aos atletas, serviços operacionais, abrangência logística e demais particularidades da execução.

5.3. A contratação promovida pelo TJGO, embora possua quantitativo superior de atletas e maior abrangência operacional, constitui importante parâmetro técnico comparativo, especialmente em razão da similaridade do objeto e da execução integrada da solução.

5.4. Além das contratações públicas similares, foi obtida proposta comercial junto à empresa HKR Eventos LTDA, no valor total de R\$ 272.866,30, contemplando diversos itens relacionados à organização do evento, estruturas, materiais, equipe de apoio, hidratação, alimentação pós-prova, premiação e demais serviços operacionais.

5.5. A proposta comercial direta foi analisada como elemento complementar de mercado, mas não foi adotada como parâmetro determinante para formação do valor estimado, em razão da elevada discrepância em relação às contratações públicas similares identificadas e da incompatibilidade parcial de escopo com a solução final pretendida pela Administração.

5.6. Dessa forma, a proposta comercial direta confirma a existência de fornecedores aptos à execução de objeto semelhante, mas, diante de sua discrepância e da diferença de composição, não se mostra adequada para substituir a cesta de preços formada por contratações públicas similares, que melhor reflete os valores praticados em ajustes administrativos comparáveis.

## 6. VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para definição do valor estimado da contratação, foram consideradas as contratações públicas similares identificadas durante a pesquisa de mercado, especialmente aquelas compatíveis com o objeto pretendido, abrangendo organização e execução de corrida de rua institucional, com fornecimento de infraestrutura, logística operacional, kit atleta, cronometragem, hidratação, atendimento médico, premiação, sonorização, apoio operacional e demais serviços correlatos.

6.2. Considerando a necessidade de utilização de critério objetivo e tecnicamente justificável para formação do valor estimado da contratação, adotou-se a metodologia da cesta de preços, mediante utilização da mediana dos valores obtidos nas contratações públicas similares analisadas, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 9.900/2021.

6.3. Foram consideradas as seguintes referências válidas para composição da cesta de preços:

ÓRGÃO	PARTICIPANTES	VALOR
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – TJGO	1.500	R\$ 176.800,00
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO	Não informado	R\$ 99.940,50
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Rondônia – IPERON	1.000	R\$ 126.221,06
Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia – PGE/RO	600	R\$ 112.000,00
Conselho Regional de Odontologia de Goiás – CRO-GO	1.000	R\$ 120.600,00

6.4. Ordenando-se os valores obtidos na pesquisa:

- R\$ 99.940,50;
- R\$ 112.000,00;
- R\$ 120.600,00;
- R\$ 126.221,06;
- R\$ 176.800,00.

6.5. Considerando a dispersão entre os valores coletados, especialmente em razão das diferenças de porte, quantitativo de participantes e abrangência operacional dos eventos pesquisados, adotou-se a mediana da cesta de preços como critério mais adequado para definição do valor estimado da contratação, por representar de forma mais equilibrada o comportamento do mercado e reduzir a influência de valores extremos.

6.6. Assim, a mediana obtida corresponde ao valor de R\$ 120.600,00 (cento e vinte mil e seiscentos reais), correspondente à contratação realizada pelo Conselho Regional de Odontologia de Goiás – CRO-GO para corrida de rua institucional com quantitativo semelhante e escopo operacional compatível com a solução pretendida pelo TCE-GO.

6.7. A proposta comercial direta obtida junto à empresa HKR Eventos LTDA, no valor total de R\$ 272.866,30, foi considerada como referência complementar de mercado, mas não foi adotada como parâmetro determinante para formação do valor estimado, diante da discrepância relevante em relação às contratações públicas similares e da incompatibilidade parcial de escopo com a solução final pretendida pela Administração.

6.8. A manutenção do valor estimado com base na mediana das contratações públicas similares mostra-se tecnicamente adequada, uma vez que tais referências refletem valores efetivamente praticados em contratações administrativas comparáveis, com execução integrada de corridas de rua institucionais, estrutura operacional, fornecimento de materiais, cronometragem, hidratação, atendimento médico, premiação e apoio logístico.

6.9. Dessa forma, fixa-se como valor estimado da presente contratação o montante de R\$ 120.600,00, o qual servirá como referência para elaboração do Termo de Referência, instrução do procedimento licitatório, análise de aceitabilidade das propostas e verificação da vantajosidade da contratação.

6.10. O valor estimado contempla os custos necessários à execução do escopo definido pela Administração, incluindo materiais, estruturas, equipamentos, logística, tributos, encargos, montagem, desmontagem, pessoal, hidratação, atendimento médico emergencial, cronometragem, premiação, sonorização, apoio operacional e demais despesas inerentes à execução contratual, ressalvadas as atividades de cobertura fotográfica e audiovisual institucional, comunicação e divulgação, que serão realizadas por equipe própria do TCE-GO.

## 7. CONCLUSÃO

7.1. A pesquisa de preços realizada demonstrou a existência de soluções semelhantes contratadas por diversos órgãos públicos para execução de corridas de rua institucionais,

evidenciando compatibilidade técnica entre os objetos analisados e a solução pretendida pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

7.2. A metodologia adotada observou os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 9.900/2021, mediante utilização de cesta de preços composta por contratações públicas similares, considerando quantitativos de participantes, estrutura operacional, logística, abrangência dos serviços e complexidade da execução.

7.3. Considerando a dispersão dos valores coletados e a necessidade de adoção de critério estatístico que represente de forma mais equilibrada o comportamento do mercado, foi utilizada a mediana da cesta de preços como parâmetro para consolidação do valor estimado da contratação.

7.4. Assim, conclui-se que o valor de R\$ 120.600,00 mostra-se compatível com os preços praticados em contratações públicas similares destinadas à realização de corridas de rua institucionais de médio porte, com estimativa de até 800 participantes, revelando-se adequado, razoável e suficiente para subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a futura realização do procedimento licitatório.

7.5. A proposta comercial direta obtida junto a fornecedor especializado, embora demonstre valor superior ao da cesta de preços, foi considerada apenas como referência complementar, não sendo adotada como parâmetro determinante em razão da discrepância relevante e da incompatibilidade parcial de escopo com a solução final definida pela Administração.

7.6. O valor estimado contempla os custos necessários à execução integral do escopo contratado, incluindo infraestrutura, logística operacional, materiais, equipamentos, pessoal especializado, hidratação, atendimento médico emergencial, cronometragem, premiação, montagem, desmontagem, tributos, encargos e demais despesas inerentes à execução contratual, não abrangendo cobertura fotográfica e audiovisual institucional, comunicação institucional e divulgação interna, que serão realizadas por equipe própria do TCE-GO.

7.7. Dessa forma, entende-se que a estimativa elaborada atende aos princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade, planejamento e vantajosidade da Administração Pública, constituindo parâmetro adequado para prosseguimento da contratação.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Goiânia, 17 de junho de 2026.**

**MÁRCIO LEMOS PINTO COELHO JÚNIOR**  
ASSESSOR



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO V**

**MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

Contrato de empresa especializada para  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXX na sede administrativa do  
TCE-GO que entre si celebram o **Tribunal de  
Contas do Estado de Goiás** e a empresa  
(nome da empresa em negrito).

**CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 02.291.730/0001-14, com sede na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO – CEP: 74.674-015, neste ato representado por seu **Presidente, Conselheiro Helder Valin Barbosa**.

**CONTRATADA:** [Nome da empresa contratada], inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX, localizada no (a) XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, conforme ato homologatório exarado no Despacho nº XXX, de XXXX de XXXXX de 2026, da Presidência do TCE-GO, nos autos do **Processo TCE-GO nº 202600047001751**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a IN nº 73/2022, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” deste Tribunal, compreendendo corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, destinada ao público interno e externo, com estimativa de participação de até 800 (oitocentos) atletas, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	---------------	---------	------	----------------------	-------------------



1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do “3º Circuito da Transparência” do TCE-GO, com percursos de 5 km e 10 km, para até 800 participantes, incluindo sistema de inscrições, kit atleta, camiseta, número de peito, chip de cronometragem, medalhas, troféus, hidratação, atendimento médico, sonorização, sinalização, montagem, desmontagem, apoio operacional e demais serviços necessários à execução integral do evento.	Serviço	1	R\$	R\$
---	---	---------	---	-----	-----

<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO</b>	<b>R\$</b>
--------------------------------	------------

1.2. Fazem parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 0XX/2026 e seus anexos.
- b) Proposta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA**

2.1 A contratação será executada sob o regime de empreitada por preço global, considerando a natureza integrada da solução e a elevada interdependência operacional entre os serviços necessários à realização do evento.

2.1.1. A contratada será responsável pela execução integral da corrida que será realizada no dia 27 de setembro de 2026 (domingo), no Setor Jaó, em Goiânia-GO, nas imediações da sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com previsão de largada às 6h30, contemplando percursos de 5 km e 10 km, conforme detalhado no item 5 do Termo de Referência.

2.2 Após o recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar imediatamente as atividades de planejamento operacional e organização do evento.

2.3. A entrega dos kits atletas deverá ocorrer preferencialmente nos dias 25 e 26 de setembro de 2026, em local e horários previamente aprovados pela Administração.

2.4. A montagem das estruturas necessárias à realização da prova deverá estar integralmente concluída até as 22h do dia anterior ao evento, salvo cronograma diverso aprovado pela Administração.

2.5. A contratada deverá garantir pleno funcionamento das estruturas, equipamentos, sistemas de sonorização, cronometragem, hidratação e atendimento operacional antes do início da corrida.

2.6. A desmontagem das estruturas deverá ocorrer imediatamente após o encerramento do evento, devendo ser concluída em prazo compatível com a liberação integral das áreas utilizadas.

2.7. Os resultados oficiais da corrida deverão ser disponibilizados em meio eletrônico em até 24 (vinte e quatro) horas após o término da prova.

2.8. O relatório final do evento deverá ser entregue à Administração em até 15 (quinze) dias corridos após a realização da corrida, contendo, no mínimo:

- quantitativo de participantes;
- resultados oficiais;
- relatório operacional da execução;
- ocorrências registradas durante o evento;
- avaliação geral da execução contratual.

2.9. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, observando padrões adequados de qualidade, segurança, desempenho operacional e compatibilidade com eventos esportivos de médio porte.

2.10 A contratada ficará obrigada a corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, quaisquer serviços, materiais, equipamentos ou estruturas que apresentem falhas, defeitos, inadequações ou desconformidades identificadas pela Administração durante a execução contratual.

2.11 A contratada responderá integralmente pela qualidade dos serviços executados, bem como pela segurança, estabilidade e adequação técnica das estruturas, equipamentos e materiais fornecidos durante toda a execução contratual.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá ainda:

3.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste contrato.

3.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

3.1.3. Aprovar previamente cronogramas, layouts, artes, modelos e demais elementos relacionados à identidade visual do evento.

3.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

3.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o Termo de Referência.

3.1.6. Efetuar o pagamento devido após o recebimento definitivo do objeto e respectivo ateste da fiscalização contratual.

3.1.7. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual.

3.1.8. Disponibilizar apoio institucional necessário à articulação do evento junto às unidades internas do Tribunal.

3.2. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Além de cumprir as obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ainda:

4.1.1. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução contratual e de todos os tributos e frete incidentes sobre o objeto deste contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

4.1.2. Arcar com todas as despesas de fretes caso o recebimento do objeto seja rejeitado devido a inconformidade com as condições estabelecidas neste contrato.

4.1.3. Manter, durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.1.4. Manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

4.1.5. Executar integralmente os serviços em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

4.1.6. Fornecer todos os materiais, equipamentos, estruturas, ferramentas, veículos, sistemas e recursos humanos necessários à execução do objeto.

4.1.7. Disponibilizar equipe técnica qualificada e em quantitativo compatível com o porte do evento.

4.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela logística operacional do evento, incluindo transporte, montagem, desmontagem, carregamento, instalação, manutenção e retirada das estruturas e equipamentos.

4.1.9. Responsabilizar-se pela segurança operacional das estruturas, equipamentos e serviços executados durante toda a realização do evento.

4.1.10. Disponibilizar ambulância equipada, equipe de atendimento emergencial e suporte médico compatível com o porte da corrida.

4.1.11. Garantir adequada hidratação dos participantes durante e após a realização da prova.

4.1.12. Disponibilizar staff operacional em quantitativo suficiente para atendimento das demandas do evento.

- 4.1.13. Garantir adequada sinalização e isolamento operacional do percurso..
- 4.1.14. Manter sistema de comunicação operacional entre as equipes envolvidas na execução do evento.
- 4.1.15. Providenciar limpeza operacional das áreas utilizadas antes, durante e após a realização da corrida.
- 4.1.16. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.
- 4.1.17. Cumprir as normas relacionadas à segurança do trabalho, acessibilidade, atendimento emergencial e realização de eventos esportivos em vias públicas.
- 4.1.18. Atender prontamente às determinações emitidas pela fiscalização contratual.
- 4.1.19. Manter preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual durante todas as etapas do evento.
- 4.1.20. Não subcontratar integralmente o objeto contratado.
- 4.1.21. Observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), responsabilizando-se pela adequada coleta, tratamento, armazenamento, sigilo, segurança e descarte dos dados pessoais eventualmente acessados ou tratados em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do objeto contratado.
- 4.1.22. Entregar relatório final do evento no prazo estabelecido no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXX)**, de acordo com os valores especificados na proposta de preços.

5.1.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da efetiva prestação dos serviços.

5.2. As despesas decorrentes da presente contratação, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026.0201 01.032.4200 4.215, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, Fonte 25000100 (Recursos Não Vinculados de Impostos – Receitas Ordinárias), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadradas nas seguintes Naturezas de Despesas: 3.3.90.39.06 – Festividades e Homenagens.

5.3. Para fazer face à despesa, foi emitida a Nota de Empenho nº **XXX.XXX.XXXX** pela CONTRATANTE, em **XX/XX/202X**.

5.4. Eventuais despesas a serem realizadas no exercício subsequente serão alocadas na dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela CONTRATANTE na respectiva Lei Orçamentária Anual.

5.5. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir data da elaboração do orçamento estimativo, no dia 12/05/2026, adotando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

6.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento em parcela única e total em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento dos produtos e/ou serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente liquidada e atestada pelo gestor do contrato ou servidor por este designado.

6.2. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.3. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na nota fiscal.

6.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa será devolvida à CONTRATADA pelo Gestor do contrato e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o CONTRATANTE.

6.6. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE".

6.7. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

6.8. A gestão e a fiscalização do contrato competirão, respectivamente, às servidoras Suellen Carina Lopes de Queiroz, na qualidade de Gestora do Contrato, e Alessandra Siqueira Lessa, na qualidade de Fiscal do Contrato, designadas nos termos do art. 13, inciso VII, da Portaria nº 729/2025-GPRES do TCE-GO.

6.9. A gestão contratual será responsável pelo acompanhamento geral da execução do contrato, controle dos prazos, adoção das providências administrativas necessárias, comunicação institucional com a contratada e acompanhamento da execução do objeto em seus aspectos administrativos e operacionais.



6.10. A fiscalização contratual acompanhará a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, quantitativos, prazos, cronogramas, qualidade dos serviços executados e demais obrigações previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

6.11. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, inclusive mediante utilização de correio eletrônico institucional, aplicativos corporativos de comunicação ou outro meio formal admitido pela Administração, devendo os registros relevantes ser juntados aos autos do processo administrativo correspondente.

6.12. O fiscal do contrato acompanhará e fiscalizará a prestação dos serviços, cabendo-lhe, especialmente:

- I. acompanhar a execução do evento em todas as suas etapas;
- II. verificar a compatibilidade entre os serviços executados e as especificações previstas no Termo de Referência;
- III. acompanhar os cronogramas de execução, montagem, desmontagem e entrega dos materiais;
- IV. avaliar a qualidade das estruturas, equipamentos, materiais e serviços prestados;
- V. verificar o adequado funcionamento dos sistemas de inscrições e cronometragem;
- VI. acompanhar a entrega dos kits atletas;
- VII. verificar o cumprimento das obrigações relacionadas à hidratação, atendimento médico, segurança operacional e apoio logístico;
- VIII. registrar em processo próprio as ocorrências verificadas durante a execução contratual;
- IX. expedir notificações e determinações necessárias à regularização de falhas eventualmente identificadas;
- X. comunicar à autoridade competente situações que ultrapassem sua competência;
- XI. realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;
- XII. propor, quando cabível, aplicação das sanções previstas contratualmente.

6.13. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, dando ciência de todas as ocorrências à contratada e adotando as medidas necessárias ao adequado acompanhamento da execução do objeto.

6.14. A fiscalização nos moldes deste Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos ocultos de serviços que os desqualificam para o uso normal e rotineiro e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do TCE-GO ou de seus agentes e prepostos.

6.15. A fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO**

7.1. O objeto será recebido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

7.1.1. PROVISORIAMENTE, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, após a realização do evento e verificação preliminar da execução dos serviços, das estruturas disponibilizadas e do cumprimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência.

7.1.2. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, desde que verificada a adequação integral do objeto aos termos contratuais, observando-se o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência ou quando constatadas falhas que comprometam a adequada realização do evento.

7.3. O fornecimento dos materiais, estruturas, equipamentos, sistemas e insumos necessários à execução dos serviços correrá integralmente por conta da contratada, constituindo condição indispensável para o recebimento do objeto.

7.4. Qualquer não conformidade apontada pela fiscalização acarretará o não recebimento definitivo do objeto, devendo a contratada promover as correções necessárias no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.5. Caberá à contratada sanar integralmente as irregularidades apontadas pela fiscalização, ficando suspenso o pagamento até a regularização das pendências identificadas.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança, qualidade e adequada execução dos serviços prestados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.

7.7. Verificada a conformidade da execução contratual, a fiscalização emitirá o aceite definitivo do objeto para fins de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

8.1. O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso o objeto não seja concluído no prazo inicialmente previsto, ressalvadas as providências cabíveis em caso de culpa da contratada.

8.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contrato, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões

negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, conforme previsão do § 4, do art. 91, da lei nº 14.133/2021.

8.3. A presente contratação será executada por escopo, uma vez que se destina à realização de evento específico, com objeto determinado, prazo certo e entrega previamente delimitada, não se caracterizando como serviço contínuo.

## **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) O caráter educativo da pena;
- f) O princípio da proporcionalidade;
- g) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.5. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1 deste contrato.

9.5.1. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

9.5.2. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “b”, “c”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

9.5.4. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

9.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

9.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

9.14. As sanções previstas nesta Cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001 e na Resolução Administrativa nº 12/2025 desta Corte de Contas, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

9.16. Durante a vigência do contrato, é vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

9.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

10.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

10.3. A extinção do contrato poderá ocorrer por uma das formas do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na mesma lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

11.1. Este contrato pode ser alterado segundo regime previsto nos artigos 124 a 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, naquilo que for cabível ao presente contrato, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

11.2. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes da prorrogação, se for o caso.

11.2.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da apresentação do requerimento, para decidir sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

11.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previstos no próprio contrato;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1. A publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, será providenciada em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da assinatura.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

14.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e obrigando-se ao integral cumprimento das disposições do Código de Ética e da Política de Integridade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no que lhe for aplicável.

14.2. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará sujeita às sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou cumulação de sanções com penalidades.

14.3. Se ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, a CONTRATANTE poderá declarar inelegível a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

15.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a atuar no presente Contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

15.2. Fica a CONTRATADA, ciente de que o tratamento, pela CONTRATANTE, dos dados pessoais fornecidos para instruir o processo de contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, incisos II e V, e no art. 23, da Lei nº 13.709/2018.

15.3. A CONTRATADA deverá observar, na condução de suas atividades, as diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do TCE-GO, devendo manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, modelos ou outros materiais de propriedade do TCE-GO ou de terceiros, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelar estes, sob qualquer justificativa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e,

subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

16.2. Ao longo da execução do contrato, a CONTRATADA é obrigada a cumprir eventuais exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

16.3. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem justas e contratadas, assinam este instrumento contratual para todos os efeitos legais.

Gabinete da Presidência do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, data da assinatura eletrônica.

---

**Conselheiro Helder Valin Barbosa**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS  
CONTRATANTE

---

**Nome do Representante**  
NOME DA EMPRESA  
CONTRATADA

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO VI**

**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução operacional, apoio logístico e fornecimento de infraestrutura necessária à realização do "3º Circuito da Transparência" do TCE-GO, com percursos de 5 km e 10 km, para até 800 participantes, incluindo sistema de inscrições, kit atleta, camiseta, número de peito, chip de cronometragem, medalhas, troféus, hidratação, atendimento médico, sonorização, sinalização, montagem, desmontagem, apoio operacional e demais serviços necessários à execução integral do evento.	Serviço	1	R\$	R\$

<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b>	<b>R\$</b>
--------------------------------	------------

NOTA: As licitantes devem apresentar planilha orçamentária com data base referente à data de abertura das propostas.

O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato/prestar os serviços, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Tel./Fax: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
RG nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_  
Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

---

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal (nome) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data, **inexiste** fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, nos termos do inciso I, art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal (nome) \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em conformidade com Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e previsão contida 8.º inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que **não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE NÃO  
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO QUE EXTRAPOLEM O LIMITE  
DE ENQUADRAMENTO**

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo, **e que no ano-calendário corrente desta licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO XI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (A ser Assinada pela  
Adjudicatária na Formalização Contratual)**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2026, instaurado pelo Processo nº 202600047001751, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para contratação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes nos Anexos da Instrução Normativa do IBAMA atualizada, que verse sobre tais matérias, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INTEGRAL, ENGLOBADOS OS DIREITOS TRABALHISTAS**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO XIII**

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZ**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que cumpre exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, mantendo esta condição durante toda a execução do contrato, tendo ciência que o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO XIV**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.  
13.709/2018**

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE//DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, e quando for o caso da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e CAT (Certidão de Acervo Técnico).

5. (Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A LICITANTE//DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o CONTRATANTE, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001751**

**ANEXO XV**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES (Apenas se  
houver indicação no Edital sobre a Necessidade)**

**DECLARO**, na qualidade de representante da empresa \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, fone,\_(\_\_\_\_)\_\_\_\_\_, que tenho conhecimento de todas as condições do local de prestação de serviços descrito no Anexo I - Termo de Referência do Pregão nº 19/2026, renunciando a quaisquer alegações futuras em relação a eventuais limitações ou características do referido local.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

NOME COMPLETO \_\_\_\_\_

CI/RG ou CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante  
Empresa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante  
Empresa

Visto: \_\_\_\_\_  
Servidor do TCE-GO